



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

**O IDOSO PROVIDOR FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA-SE**

**EDILEUZA BRITO SANTOS  
WILDESCA LEITE SANTOS**

**SÃO CRISTÓVÃO – SE  
Setembro /2017.1**

EDILEUZA BRITO SANTOS  
WILDESCA LEITE SANTOS

## **O IDOSO PROVIDOR FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA-SE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe, como um dos pré-requisitos para a obtenção do grau de bacharel em Serviço Social.

**SÃO CRISTÓVÃO – SE**

**Setembro /2017.1**

EDILEUZA BRITO DOS SANTOS  
WILDESCA LEITE SANTOS

## **O IDOSO PROVIDOR FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA-SE**

Aprovadas em : de 2017.

### **COMISSÃO EXAMINADORA:**

---

**Professora Dr<sup>a</sup>. Noêmia Lima Silva**  
**Orientadora – Departamento de Serviço Social-**  
**Universidade Federal, UFS**

---

**Examinador: Prof.º Mestre Everton de Mello -**  
**Departamento de Serviço Social –UFS**

---

**Examinadora: Bruna da Paixão Santana**

**SÃO CRISTÓVÃO – SE**  
**Setembro /2017.1**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço antes de tudo a Deus pelo dom da vida, por ter me dado saúde e sabedoria para superar todas as dificuldades e conseguir chegar onde hoje estou. E a Ele continuo a regradar pelo momento de alegria que com a sua permissão vivo agora com meus familiares, esposo e amigos.

Agradeço a meus pais Alberto Marcelino dos Santos e Josefa Trindade Brito, que nunca mediram esforços para que eu pudesse levar meus estudos a diante, assim como pelo incentivo e respeito as minhas escolhas, bem como, pelo carinho, paciência, ensinamentos por confiarem em mim, em momentos que nem eu mesma confiava, por estarem ao meu lado em todos os momentos da vida.

Agradeço a minha amiga Wildesca Leite Santos pela colaboração com quem dividi o trabalho e com quem superei os obstáculos para juntas dividirmos este momento de felicidade.

Edileuza Brito dos Santos.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus pelo dom da vida, proteção, amparo e pela oportunidade de todos os dias melhorar.

A minha família pela base na construção de quem sou e de quem quero ser. Também pela compreensão e amparo nas situações difíceis que, inevitavelmente, enfrentamos na vida.

A minha mãe, Josefa Leite Santos que sempre zela por mim, e só através do seu cuidado foi possível seguir em busca dos meus objetivos e acreditando em meu potencial. As minhas irmãs (Genilde Leite ,Genilza ,Geilza ,Wildésia ,Gleice Klécia) pela colaboração e apoio mútuo, que sem ele a caminhada se tornaria muito mais difícil.

Destarte, agradecer ao grupo da pesquisa que se fez presente em todo o processo de elaboração deste trabalho, nos bons e maus momentos. Aos colegas de trabalho que desde o começo de minha inserção acadêmica, deram incentivo e compreensão, e nos momentos de apuros estenderam suas mãos, torcendo para que tudo desse certo.

A professora Tereza Cristina Tianezzini Zavaris, que no momento em que pensei em desistir, ela com seu carinho, e atenção me fez mudar de ideia, me incentivando a persistir em concretizar meus sonhos.

Também agradeço a nossa orientadora Noêmia Lima Silva pelos momentos bons e tranquilos, e pela compreensão e paciência no decorrer do trabalho.

Em especial a amiga Edileuza Britto dos Santos que esteve neste processo, e com quem espero dividir o sucesso desta nova etapa.

Wildesca Leite Santos.

*O que for a profundidade do teu ser, assim será teu desejo. O que for o teu desejo, assim será tua vontade. O que for a tua vontade, assim serão teus atos. O que forem teus atos, assim será teu destino.*

**Brihadaranyaka Upanishad**

## **RESUMO**

O presente estudo tem como propósito analisar por meio de entrevista a percepção do idoso sobre a sua condição de principal provedor familiar e quais as dificuldades enfrentadas por ele, bem como conhecer de que forma essa situação está afetando sua vida, e ainda, se ele está sendo privado financeiramente. Com isso, discutindo os contextos que geram essa responsabilidade em exercer a função de chefe familiar, após a aposentadoria, levando em conta o fato de que os filhos já estão criados e supostamente independentes. Neste contexto, verificar se as transformações na sociedade contemporânea acabam afetando as relações pessoais, como também a função de cada indivíduo no seio familiar. As estatísticas sinalizam que a população idosa tem aumentado como também a expectativa de vida e com ela, as dificuldades enfrentadas pela pessoa idosa, justificando, desta forma, o interesse para a realização do presente estudo. A metodologia adotada consiste numa abordagem, quali-quantitativa de cunho explicativo através de uma pesquisa de campo e bibliográfica. O instrumental utilizado foi a entrevista com roteiro pré-elaborado tendo como sujeitos, idosos aposentados no município de Estância. Para tanto, foram ouvidos dez idosos residentes no bairro Albano Franco - lócus da pesquisa. Os dados coletados foram analisados com base nas categorias definidas, que abordam conceitos que se referem à: situação do idoso enquanto provedor da família. Os resultados apontaram que diante da conjuntura atual, a aposentadoria do idoso é, muitas vezes, a única renda de subsistência da família, tornando-o, dessa forma, provedor deste grupo.

**PALAVRAS-CHAVES:** pessoa Idosa. Provedor. Relação familiar, Aposentadoria.

## **ABSTRACT:**

The purpose of this study is to analyze through interviews the perception of the elderly about their condition as the main family provider and the difficulties they face, as well as to know how this situation is affecting their lives and also whether they are being financially deprived. With this discussing the contexts that generate this responsibility in exercising the role of family head after retirement, taking into account the fact that the children are already raised and supposedly independent. In this context, to verify if the transformations in the contemporary society end up affecting the personal relations, as well as the function of each individual in the family. Statistics have indicated that the elderly population has increased, as well as the life expectancy and with it, the difficulties faced by the elderly person, justifying, therefore, the interest to carry out the present study. The methodology adopted consists of a, qualitative and quantitative approach of explanatory nature through a field and bibliographical research. The instrument used was the interview with pre-elaborated script having, as subjects, elderly retirees in the municipality of Estância. Ten elderly residents of the Albano Franco neighborhood - the research locus - were interviewed. The data collected were analyzed based on the defined categories, which address concepts that refer to: the situation of the elderly as provider of the family. The results pointed out that in view of the current situation, the retirement of the elderly is often the only subsistence income of the family, thus making it the provider of this group.

**KEYWORDS:** Elderly person. Provider. Family relationship, Retirement.

## **LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS**

GRÁFICO DEMOGRÁFICO.....	15
GRÁFICO DE MAPA.....	16
GRÁFICO DE NATALIDADE/MORTALIDADE.....	17
TABELA – GRÁFICO DE RENDA .....	42
TABELA DE IDADE.....	43
GRÁFICO DE IDADE.....	44
TABELA DE ESCOLARIDADE.....	46
GRÁFICO DE ESCOLARIDADE.....	47
TABELA DE SEXO.....	48
GRÁFICO DE SEXO.....	49
TABELA DE PARENTESCO.....	50

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

**IBGE – Instituto Brasileiro Geográfico de Estatísticas**

**PNAD-Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios**

**PNI-Política Nacional de Idosos**

**OMS-Organização Mundial de Saúde**

**LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social**

**SUS - Sistema Único de Saúde**

**PNSPI-Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa**

**BPC-Benefício de Prestação Continuada**

**UTI-Unidade de Terapia Intensiva**

**IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO:</b> .....	12
<b>CAPÍTULO 1 - O PROCESSO DE ENVELHECIMENTO HUMANO NA SOCIEDADE CAPITALISTA E A FAMÍLIA BRASILEIRA</b>	
1.1. Situação Sócia demografica.....	14
1.1.1 Conceituando: velho, idoso ou terceira idade? .....	16
1.1.1.1 Política do idoso: assistência social ao idoso.....	23
1.2. Aposentadoria em busca de uma vida melhor? .....	27
1.2.1 Família brasileira na atualidade.....	30
1.2.2. As expressões na questão social e a condição de dependência familiar .....	33
1.2.3. Os impactos socioeconômicos sofridos pelo idoso provedor.....	35
<b>CAPÍTULO 2 – CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA DA PESQUISA</b>	
2.1. Pressupostos teórico -metodológicos .....	37
<b>CAPÍTULO 3 – OS IDOSOS PROVIDORES DO BAIRRO ALBANO FRANCO, EM ESTÂNCIA-SE</b>	
3.1. Caracterização do Município de Estância-SE.....	40
3.2. Perfil Característico dos Idosos Entrevistados.....	41
3.3 Interpretação e Análise.....	52
Considerações Finais.....	54
Referências.....	57
Apêndices.....	61

## INTRODUÇÃO

As mudanças que ocorreram no modo de vida atual afetam também as relações familiares, tanto no seu modelo, como em sua organização. Os papéis sociais se modificaram, gerando novos arranjos familiares, um deles, é ter o (a) idoso (a) como chefe familiar sustentando, dessa forma, seus filhos, netos, nora, genro, bisnetos.

O estudo dos residentes no Conjunto Albano Franco, em Estância-SE procurou responder as seguintes indagações: Como o idoso vive? Quais as características principais dessas famílias e do perfil dos idosos? Como é a compreensão dos idosos sobre essa condição de provedor familiar?

A pretensão foi analisar a relação do idoso com sua família, como também quais fatores sociais geraram essa dependência econômica familiar e se esse dinheiro faz falta na sua subsistência.

De acordo com Silvia (2008, p. 1-3), A aposentadoria tem se transformado na única fonte de renda de 12 milhões de famílias brasileiras, como demonstram os dados do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). A autora complementa que a realidade do idoso enquanto chefe de família, no Brasil, faz com que o filho adulto (quando termina o casamento ou ficar desempregado) acabe voltando para a casa dos pais. Nesta perspectiva, compreende-se que a família faz a mediação entre o mercado e os indivíduos, pois distribui rendimentos entre seus membros.

As decorrentes modificações nos arranjos familiares por vezes motivados pelos desafios que as famílias veem sofrendo em sua estrutura física e financeira, somadas às reflexões ocorridas durante algumas disciplinas do curso, bem como, dos contatos informais com pessoas idosas da comunidade estanciana, ou mesmo, da vontade de conhecer de perto a percepção deste segmento etário, motivaram o estudo da situação do idoso provedor familiar e os obstáculos enfrentados na sua subsistência.

Nas últimas décadas muitos fatores contribuíram para o aumento da expectativa de vida da população, entre os quais: os avanços da medicina, a prevenção de doenças; mudanças nos padrões alimentares e de higiene e o avanço tecnológico. Tais avanços marcaram uma significativa melhora na qualidade de vida dos indivíduos, tanto em nível econômico como político e cultural. No Brasil, a situação do idoso representa um desafio social, seja por conta do crescente número de cidadãos nesta faixa

etária, seja pela importância do papel financeiro que possuem dentro da família.

A escolha do tema, tendo o município de Estância como locus para nossa pesquisa se deu devido ao contato que uma das alunas/integrantes deste estudo já tinha com essas famílias por causa da sua profissão atual – agente de saúde – Deste modo, achamos pertinente estudar a importância do idoso no sustento familiar, visto que era visível o número de idosos responsáveis financeiros pelos lares, bem como, compreender a relação de dependência familiar estabelecida, em função da renda mensal do idoso. Além disso, foi possível conhecer as vivências de famílias que lutam por uma vida digna diante de tantas transformações do mundo capitalista.

Este documento está constituído das seguintes partes: No capítulo 1, abordaremos o processo de envelhecimento humano na sociedade contemporânea, e a família brasileira, a política do idoso, e a dependência familiar, analisada como uma das expressões da questão social.

No capítulo 2, discorreremos o percurso metodológico e a escolha do método. Já no Capítulo 3, foi feita a análise e interpretação dos dados coletados, conforme os fundamentos teóricos escolhidos; E por fim, teceremos algumas considerações sobre o estudo realizado.

## **CAPÍTULO 1 – O PROCESSO DE ENVELHECIMENTO HUMANO NA SOCIEDADE CAPITALISTA E A FAMÍLIA BRASILEIRA**

### **1.1. SITUAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA**

O fenômeno do aumento do contingente de idosos foi notado primeiro nos países desenvolvidos. Nos países em desenvolvimento, ele só foi notado a partir de 1950, com cinquenta anos de defasagem em relação aos países desenvolvidos da Europa, despertando para a necessidade da adoção de políticas específicas com o objetivo de propiciar um envelhecimento ativo, respeitando-se os direitos às propriedades, às preferências, às capacidades e à dignidade dos idosos. (FREITAS, 2004, p. 19-22).

Para o autor são quatro os estágios da transição demográfica:

- No primeiro estágio verifica-se alta fecundidade e alta mortalidade;
- No segundo estágio temos alta fecundidade e a mortalidade começa a cair;
- No terceiro estágio tanto a fecundidade quanto a mortalidade começam a cair, aumentando o número de adultos e paralelamente o de idosos;
- E no quarto estágio ocorre uma contínua redução da fecundidade, com queda contínua da mortalidade em toda população, aumentando de modo expressivo o número de idosos.

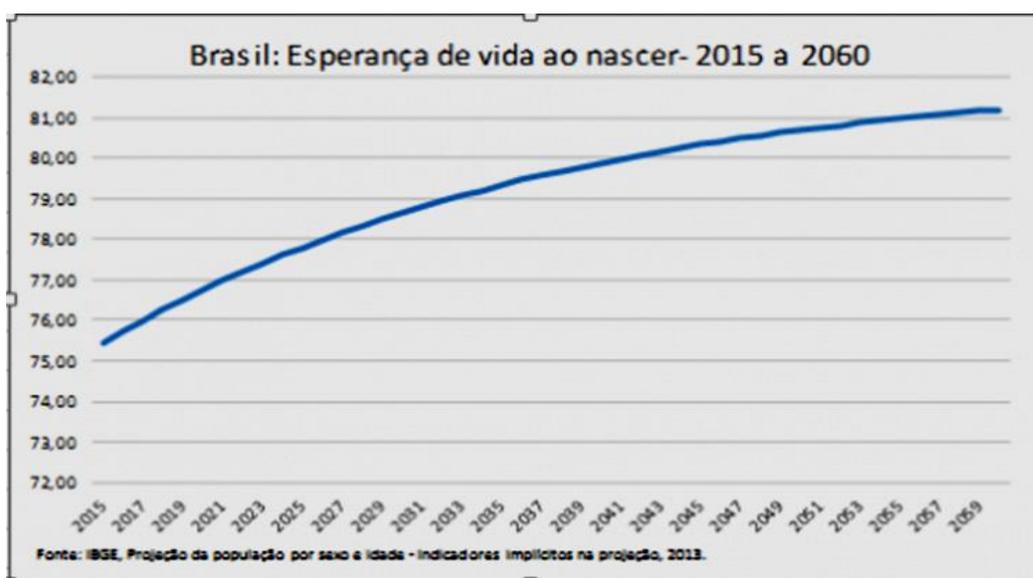
O Brasil encontra-se no terceiro estágio da transição demográfica. Além desses elementos outros fatores influenciam para que o número de idosos no país aumente. A queda da taxa da fecundidade, ainda é um dos fatores que contribuem para a redução de crianças, como também o avanço tecnológico, a baixa natalidade, o avanço da medicina com a descoberta dos antibióticos e das vacinas, a criação das UTIs e a melhoria de saneamento básico

Conforme Minayo (2002, p. 18):

O Estado é o grande regulador do curso da vida, do crescimento à morte, passando pelas fases da escolarização, de atividade no mercado de trabalho, e

de aposentadoria”. Por causa disso, a idade cronológica é um princípio cultural de extrema relevância no moderno aparato jurídico-político, que concentra no indivíduo a atribuição de direitos e deveres; e o mercado de trabalho, a base da economia. (MINAYO-COIMBRA, 2002, P.18)

O gráfico abaixo mostra a expectativa de vida do indivíduo ao nascer, a partir de 2015, de 75 anos e a expectativa de vida para 2060 que chegará a mais de 80 anos.



Fonte: IBGE, Projeção por sexo e idade- Indicadores Implícitos na projeção, 2013.

O Brasil por ser um país de dimensões continentais, propicia uma disparidade na taxa de fecundidade e de expectativa de vida. Além do tamanho da população dos estados brasileiros, podemos presumir que as oportunidades dadas à ela são desiguais e as políticas públicas influenciam em seu modo de vida. Essa diferença se mostra, principalmente, na Região Nordeste e na Região Sul e Sudeste do país.

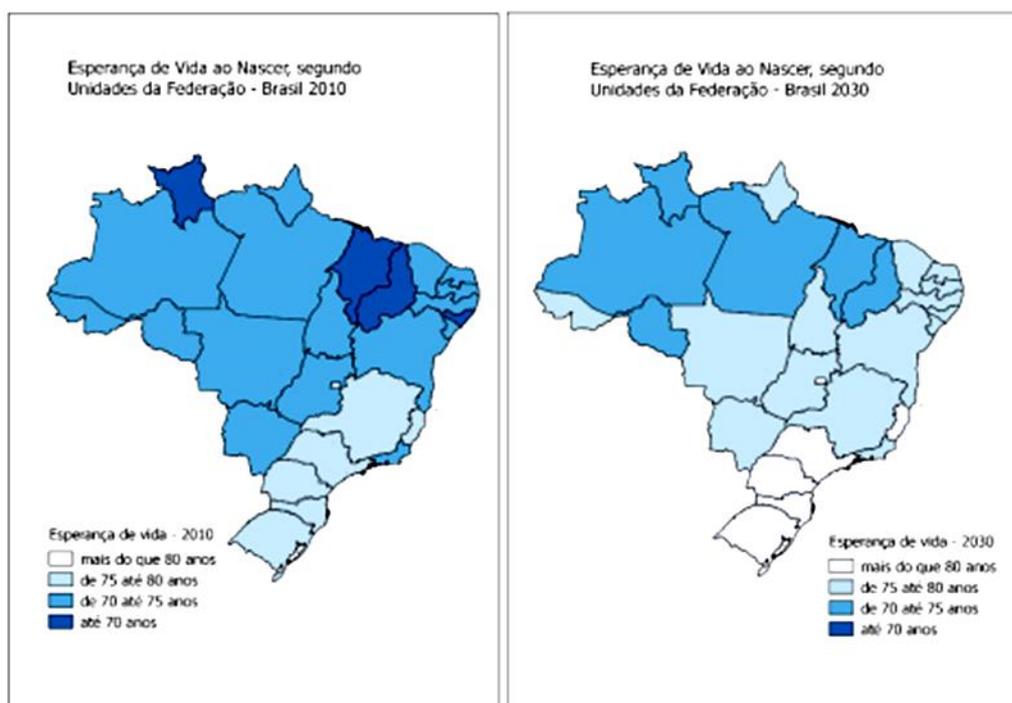
Podemos inferir, deste modo, que para ter uma longevidade da população se faz necessário que o governo assuma o seu papel, investindo em saúde de qualidade, educação integral, emprego com salários que possam garantir uma vida saudável, segurança, saneamento ambiental.

O Nordeste, embora tenha grande potencial econômico, é uma região com pouco investimento do poder público, tanto na economia quanto na política social. Em sua história, grandes coronéis que dominaram a sua economia, deixaram como legado mazelas herdadas por um período marcado pelo atraso em investimentos de políticas de

desenvolvimento que ainda tem reflexos importantes nesta região.

As Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, por sua vez, são centros econômicos do país, para onde são direcionados a maioria dos investimentos federais, o que se comprova nos índices de desenvolvimento, principalmente o estado de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Distrito Federal. Podemos ver que estes se destacam em relação aos demais estados do país.

Mapa 1



Fonte: Esperança de vida ao nascer segundo unidades da Federação – Brasil 2010 e 2030

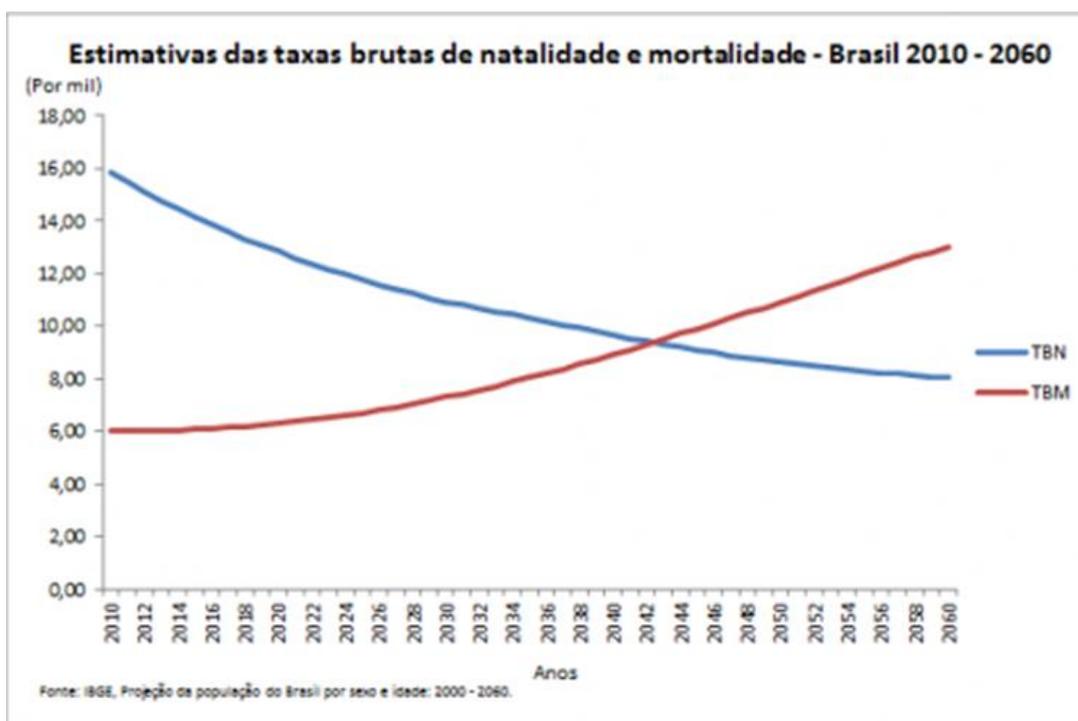
Estudos mostram que o envelhecimento populacional é um assunto recente na história da humanidade. No Brasil, a população de idosos dobrou em relação a décadas atrás, um contingente de quase 15 milhões de pessoas com sessenta anos ou mais de idade (representa 8,6 % da população brasileira) de acordo com o IBGE (2014). A proporção de idosos vem crescendo mais rapidamente que a população de crianças. Em 1980, eram cerca de dezesseis idosos para cada cem crianças. Em 2000, dobra o número de idosos, passando a 32 para cada 100 crianças.

No Brasil, no início do século XX, a expectativa de vida era de 33 anos e 07 meses, verificando-se que, em cem anos, houve um aumento de 34 anos e 8 meses, passando essa expectativa de vida para 68 anos e 5 meses. IBGE (2003).

A tendência vem sendo observada ano a ano. Em 2014, a população brasileira chegou a 203,2 milhões de pessoas. Tendo, deste total, indivíduos com mais de 60 anos representando 13,7% do país. É um aumento de 0,7 ponto percentual em relação a 2013.

A proporção em si não é gritante, mas o movimento vem sendo contínuo e acompanha uma redução pequena, porém constante, do número de jovens. Enquanto o número de idosos subiu, o de pessoas com menos de 24 anos caiu 0,8 %, passando a representar 38% da população. Embora a taxa de expectativa de vida esteja em crescimento, e exatamente por conta disso, precisa-se efetivar políticas públicas para que possamos desfrutar de uma “velhice saudável”.

Entende-se, portanto, que proporcionar qualidade e bem-estar em todas as fases da vida da população, assim como, investir em educação, saúde e segurança pública, traria possibilidades de escolhas de como viver, oportunidades de crescimento profissional, e quiçá, aumento na taxa de natalidade, uma vez que haveria mais confiança no futuro.



Fonte: IBGE, projeção da população por sexo e idade – indicadores implícitos na projeção, 2013.

Segundo Brito e Ramos (1996), “esta mudança do envelhecimento no perfil demográfico, iniciou-se na segunda metade dos anos 70, quando houve um declínio da taxa de natalidade. O autor aponta, que no ano de 2025, no Brasil, existirão

aproximadamente 30 milhões de idosos, que representarão 15% da população total”. Segundo as pesquisas, os idosos são, em sua maioria, mulheres (55,7%) brancas (54,5%) e moradoras de áreas urbanas (84,5%) e correspondem a 12,6% da população total do país, considerando a participação relativa das pessoas com 60 anos ou mais.

De acordo com o IBGE (2005) as mulheres continuarão vivendo mais que os homens, em 2060, a expectativa de vida delas será de 84,4 anos, contra 78,03 dos homens. Hoje, elas vivem em média até os 75,5, enquanto eles, até os 71,5 anos.

Sergipe tem quase 200 mil idosos, dados da Pesquisa por Amostra de Domicílios (PNAD), divulgada em 2005 pelo IBGE, mostram que a população idosa residente em Sergipe totaliza 185.957, ou seja, 8,99% da população. Desse total 51.887 idosos estão em Aracaju, o que equivale a 9,08% da população aracajuana.

Em regiões onde ocorrem fluxos migratórios constantes, nas quais as pessoas precisem buscar trabalho, ou melhorar sua condição de vida, elas saem de suas cidades, estados ou regiões e deixam para trás seus pais, que muitas das vezes já estão entre 50 anos, e/ou já são idosos, filhos pequenos e mulheres. Por conseguinte, o número de idosos nessas regiões se eleva, delegando, desse modo, ao idoso (a) a função de prover os que ficam em sua companhia, podendo ser desde o (a) companheiro (a), até os netos e demais agregados.

Em Estância, conforme o censo (2010) a população é distribuída entre homens e mulheres, a primeira acima citada, representa 31.365 hab., e a segunda 33.044 habitantes. O índice em envelhecimento na cidade cresceu em 23% e o índice de dependência de idosos em 9,5%. Em Estância, o número de idosos corresponde a 6,3% da população equivale a 4.000 mil habitantes, e o número de jovens corresponde a 25,3% da população.

Nossa escolha em tratar do tema nomeando por “Idoso Provedor”, partiu de pesquisa a respeito dos conceitos de Velho, Idoso e Terceira Idade, que discorreremos logo abaixo.

### **1.1.1. CONCEITUANDO: VELHO, IDOSO OU TERCEIRA IDADE?**

Os conceitos Velho, Idosos e Terceira Idade são construções sociais usadas para referir-se às pessoas com mais de 60 anos de idade e existe uma diferença no uso

de cada termo. O envelhecimento é entendido como um processo natural da vida que traz consigo algumas alterações sofridas pelo organismo, consideradas normais para esta fase, conforme a Lei nº 8.842, de 4 de Janeiro de 1994.

O termo velho traz consigo uma forma pejorativa. Em uma sociedade em que se exalta a juventude, é algo que está associado à exclusão, sinônimo daquilo que não tem importância, gerando, portanto, atitudes desrespeitosas e preconceituosas para com os idosos, desvalorizando sua história de vida e os estigmatizando socialmente.

O termo Idoso foi criado na França em 1962, substituindo os termos como velho e velhote; idoso é entendido como todo e qualquer indivíduo acima de 60 anos de idade ou mais. Conforme a Política Nacional do Idoso (PNI), Lei nº 8.842, de 4 de Janeiro de 1994 e o estatuto do Idoso, Lei 10.741, de 1º de Outubro de 2003.

Já a Organização Mundial de Saúde (OMS) (2002) define o idoso a partir da idade cronológica, portanto, idoso é aquela pessoa com 60 anos ou mais, em países em desenvolvimento e 65 anos ou mais em países desenvolvidos.

O termo velhice é compreendido por alguns como o último ciclo da vida. É um processo individual e diferente para cada indivíduo, dependendo de sua ótica, meio social, escolaridade. Tal fase pode vir acompanhada de perdas psicomotoras, sociais, culturais e etc.

E terceira idade é a fase entre a aposentadoria e o envelhecimento e que traz consigo as demandas de cuidado com a saúde de uma forma mais ampla. Esse conceito, segundo Peixoto (1998), também foi criado na França, em 1962, quando fora introduzida no país mais políticas de integração social que visavam a transformação da imagem da velhice. De acordo com Born (2008,p.113):

Os estudos sobre o envelhecimento mostram que a saúde na velhice depende muito de hábitos de vida saudáveis e de cuidados que a pessoa recebeu ao longo de toda vida, a partir da infância e até mesmo antes de nascer. Esses estudos permitem afirmar que a velhice não é doença. No entanto, sabemos também, que as pessoas idosas são, em geral, mais vulneráveis, isto é, ficam mais sujeitas a adoecer e, quando adoecem, demoram mais para sarar, esta é a razão por que o Brasil passou a realizar campanhas de vacinação contra a influenza(gripe) das pessoas de 60 anos e mais. Numa população envelhecida, isto é, onde há grande proporção de pessoas de 60 anos e mais, em relação àquelas que têm menos de 15 anos, há aumento de doenças crônicas, ou seja, doenças que não têm cura, como pressão alta, diabetes, reumatismo, doenças do coração, do pulmão, do fígado, demência, câncer etc. que podem deixar marcas de dependência e complicações, levando a incapacidades, dependência, necessidade de cuidados de longa duração e instituições de longa permanência. (BORN, 2008, p. 113)

A forma de como tratam os mais velhos, depende também da cultura de um povo. Alguns exemplos são os índios que respeitam e consultam os mais velhos da tribo. Na cultura oriental nomeia-se como sábios os anciões. Já a sociedade ocidental, com o avanço tecnológico e industrial, foi perdendo o apresso por sua história e por seus “velhos”.

Neste prisma, é possível pensar no capitalismo como um sistema que pode corromper os valores humanos, diminuindo o tempo do trabalhador para estar com sua família, colocando o idoso numa posição de abandono, sendo visitados pelos filhos e netos nos finais de semana, ou nos dias festivos, ou apenas quando estes precisam de dinheiro. (Rocha, 2012, p.18).

O capitalismo faz dois processos com os idosos, dependendo dos seus interesses: exclui do mercado formal de trabalho ou inclui de forma precarizada, pagando menos e sem considerar sua experiência no mundo do trabalho. Nós somos programados no Modo de Produção Capitalista-MPC para não servir mais quando chegamos a certa idade de idoso, por considerarem menos produtivo.

Infelizmente é comum encontrar atitudes de preconceito de pessoas da própria família a qual pertence o idoso, especialmente no trato, e em decisões que precisem que o idoso tome algum posicionamento. Decerto, tais atitudes, desestimulam e desprestigiam a participação deste idoso enquanto ser social causando-lhe dor e ressentimento.

Ademais, na nossa sociedade nem é preciso que o indivíduo ultrapasse os 80 anos para que sinta o preconceito, para tanto, basta chegar aos 60 anos. Nota-se, corriqueiro, que com a chegada da terceira idade dos pais, muitos filhos se encorajam a fazer dívidas e empréstimos em nome deles, visto que há, atualmente facilidades como o crédito consignado e etc. Em virtude disso, muitos idosos são obrigados a assumirem as dívidas sozinhos e por medo de serem abandonados, ou agredidos, não reclamam nem denunciam a um órgão responsável.

BIRMAN (1995, p. 23) em uma citação sobre esses conceitos pontua que:

Velho na percepção dos “envelhecidos” das camadas médias e superiores está associada à pobreza, à dependência e à incapacidade, o que implica que o velho é sempre o outro. Já a noção de “terceira idade” torna-se sinônima dos “jovens velhos”, os aposentados dinâmicos que se inserem em atividades sociais, culturais e esportivas. Idosos, por sua vez é a designação dos “velhos respeitados”. A expressão “Idoso” designa uma categoria social, no sentido

de uma corporação, o que implica o desaparecimento do sujeito, sua história pessoal e suas particularidades. Além disso, uma vez que é considerado apenas como categoria social “o idoso é alguém que existiu no passado, que realizou o seu percurso psicossocial e que, apenas espera, o momento fatídico para sair inteiramente da cena do mundo. BIRMAN (1995, p. 23).

Sobre a abordagem da temática do envelhecimento Papaléo Netto (2002:10, p.2) usa a visão da biogerontologia e define o seguinte conceito:

O envelhecimento (Processo), a velhice (fase da vida) e o velho ou idoso (resultado final) constituem um conjunto cujos componentes estão intimamente relacionados”. [...] O envelhecimento é conceituado como um processo dinâmico e progressivo, no qual há modificações morfológicas, funcionais, bioquímicas e psicológicas que determinam perda da capacidade de adaptação do indivíduo ao meio ambiente, ocasionando maior vulnerabilidade e maior incidência de processos Patológicos que terminam por levá-lo à morte. O autor ressalta que [...] As manifestações somáticas da velhice, que é a última fase do ciclo da vida, as quais são caracterizadas por redução da capacidade funcional, calvície e redução da capacidade de trabalho e da resistência, entre outras, associam-se à perda dos papéis sociais, solidão e perdas psicológicas, motoras e afetivas. PAPALÉO NETTO (2002:10, P.2).

O envelhecimento da população representa uma das maiores conquistas do século. Porém, o idoso ainda representa um problema social não equacionado, devido às mínimas condições de sobrevivência como manter-se ativo numa sociedade que a todo tempo o reafirma como incapaz. Esse é um dilema sensível a ser discutido.

A velhice passou a ser debatida e ter uma demanda vocalizada na metade do século XX, quando a sociedade percebe os sinais dessas modificações, decorrentes das condições de vida e de trabalho promovidas pelo Estado de Bem-Estar social após a Segunda Guerra Mundial.

O envelhecimento populacional brasileiro passou a ser visto como uma problemática social surgindo assim a necessidade de criar leis que assegurem a população idosa, já que eles estavam entregues à própria sorte. Essa situação coloca na pauta do poder público (Estado) a necessidade de desenvolver programas governamentais especificamente dirigidos a essa faixa etária.

Neste prisma, percebe-se que a velhice já era considerada um problema social, o idoso ocupava apenas um lugar marginalizado, era tido como alguém que já tinha ocupado o seu papel na sociedade. Sua força de trabalho já não tinha a mesma serventia para a produção capitalista e deveria ser substituída pela força dos jovens no

mercado de trabalho.

Na sociedade é comum a substituição do “Velho” pelo “Novo”, em grande medida, tal cultura é massificada pela mídia e repetida pela sociedade que enaltece aquele que é jovem em detrimento àquele que é considerado velho.

Goldman, (2004, p. 63), “destaca que as transformações tecnológicas e no mundo do trabalho causam impacto em toda sociedade e em todas as gerações. No entanto, o idoso é o que mais sofre as mazelas decorrentes dessas transformações conjunturais”. Em vista disso, em um mundo pensado para o jovem, é necessário refletir sobre o papel do idoso, uma vez que é notório o crescimento desta parcela da sociedade.

Segundo Brito e Ramos (1996, apud Fernandes p.01.) “Esta mudança do envelhecimento no perfil demográfico, iniciou-se na segunda metade dos anos 70, quando houve um declínio da taxa de natalidade, segundo o estudo, está claro que no ano de 2025, no Brasil, existirão aproximadamente 30 milhões de idosos, que representarão 15% da população total”.

O crescimento da população idosa é um fenômeno mundial e o Brasil está se tornando um país envelhecido a passos largos. Esse envelhecimento acelerado vem produzindo necessidades e demandas sociais que requerem respostas políticas adequadas tanto por parte do Estado, quanto da sociedade.

Para Silvia (2003, p.110), “a condição do velho na atualidade não tem revelado grandes alterações em relação a tempos remotos”. [...] “a urbanização e a industrialização acentuaram as desigualdades que, associadas aos preconceitos e estigmas, vêm demonstrando que as experiências acumuladas durante a vida não estão sendo aceitas pelos mais jovens”.

O processo de envelhecimento no Brasil tem desencadeado uma série de mudanças em vários setores da sociedade, como saúde economia e política. A autora também destaca, o aumento do número de idosos no país, fato que começa a dar luz a uma realidade diferente e traz a consciência de que a velhice existe e é uma questão social que necessita de atenção.

O papel do idoso na contemporaneidade requer uma análise social para sua condição dentro da sociedade, inclusive no que tange a sua competência enquanto categoria de trabalho. Neste cenário, é preciso pensar em um idoso economicamente ativo, que produz em contraponto a uma sociedade que desvaloriza sua mão de obra e

afirmar sua incapacidade. Diante deste desafio, é preciso pensar em combate efetivo ao preconceito direcionado a esta parcela da população.

Trataremos no tópico a seguir das políticas públicas que são referentes ao idoso, dos avanços e da importância destas para a pessoa idosa.

#### **1.1.1.1. POLÍTICA DO IDOSO: ASSISTÊNCIA SOCIAL AO IDOSO**

A Constituição Federal de 1988 é o grande marco na Assistência Social, sendo reconhecida como política social. Esta define um modelo de proteção social configurando como sistema de Seguridade Social, envolve a Previdência Social (Elaborada nos moldes de seguro social em seu artigo 194, define também, sobre a seguridade social como um conjunto integrado de ações de iniciativas dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social \* EC nº 20/98).

A Política de Assistência Social no Brasil faz parte do sistema de proteção social mais amplo, denominado de Seguridade Social, um avanço na área considerando sua trajetória histórica marcada por ações pontuais, dispersas e descontínuas e, quase sempre, executadas pelas organizações filantrópicas. O período histórico, a partir da década de 1980, configurou-se como um divisor de águas no que diz respeito ao campo dos direitos sociais.

Ocorreu nesse período, forte engajamento e pressão da sociedade civil no que concerne à discussão das políticas sociais na qual se denotou uma ampla articulação dos movimentos sociais principalmente no campo da assistência social. A PNSPI tem por objetivo permitir um envelhecimento saudável, manter e promover a autonomia e a independência da pessoa idosa, prevenção de doenças, manutenção da capacidade funcional, assistência às necessidades de saúde, reabilitação da capacidade funcional, apoio no desenvolvimento de cuidados informais, e assegura, principalmente, a permanência do idoso no meio familiar.

Na PNSPI estão definidas todas as diretrizes norteadoras de todas as ações no setor da saúde, estas são aplicadas junto aos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS).

O Estado, a família e a sociedade têm o papel de cuidar do idoso, de atender às necessidades desta parcela da população. A Constituição Federal de 1988 em seu Art. 230 declara: "que a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem estar e garantindo-lhes o direito à vida".

Com a Constituição Federal de 1988 e LOAS, a assistência social adquire uma nova visibilidade. A LOAS estabelece como diretriz a descentralização político-administrativa, transferindo para os Estados, Municípios e Distrito Federal, o comando das ações de assistência social. Embora a Constituição Federal tenha estabelecido a Assistência Social como política não contributiva, esta operava sob a ótica da negação do direito, num viés conservador e neoliberal à atuação do Estado com base na subsidiariedade.

Ainda que existam leis, estatutos e políticas públicas para idosos, tais assertivas ainda não conseguiram mudar a realidade da maioria deles, principalmente nas regiões mais carentes do país onde grande parte destes são responsáveis pelo sustento familiar, cuja principal renda é aposentadoria.

Para Mercadante (2003 apud Silva, 2010 p. 141): "O idoso é considerado, em muitas famílias como um peso a ser carregado, que não tem mais utilidade". É um empecilho que atrapalha o desenvolver "normal" das atividades diárias de uma família, como passeios, programas de finais de semana, etc. Em contrapartida, a maioria dos idosos queixa-se da família pela descrença de que ele seja capaz de tomar decisões lúcidas a respeito da sua vida, tirando dele, dessa forma, a sua autonomia enquanto sujeito social pleno.

Em 04 de Janeiro de 1994, foi criada a Política Nacional do idoso, considerada a Lei do Idoso, com intuito de garantir os direitos sociais do idoso, com ações de promoção da autonomia, inclusão na sociedade e integração. Seus princípios são:

- Assegurar ao idoso todos os direitos de cidadão, com a família, a sociedade e o Estado como os responsáveis em garantir sua participação na comunidade, defender sua dignidade, bem-estar e direito à vida.
- A Política Nacional do idoso é composta por 06 capítulos e 22 artigos, que se destacam: os direitos à cidadania, respeito à diversidade etária, não

discriminação, informações sobre envelhecimento, participação, capacitação, atualização, cultura, esporte, lazer, saúde, educação, previdência, trabalho, habitação e assistência social.

A Política Nacional ao Idoso (PNI) cria ainda o Conselho Nacional do Idoso e também os Conselhos Estaduais e Municipais, ela institui várias modalidades de atendimento ao idoso como: Centro de Convivência, Centro de Cuidados Diurno: Hospital- Dia e Centro Dia, Casa-Lar: Oficina de Abrigada de Trabalho: atendimento domiciliar.

A PNI encara o envelhecimento como uma conquista da população idosa, que esse processo de envelhecimento diz respeito à sociedade de forma geral e, exatamente por isso, os idosos não devem sofrer discriminação de nenhuma natureza. Cabendo, portanto, ao poder público e a sociedade em geral a aplicação dessa lei. Tendo em vista que discriminação e preconceito ferem preceitos estabelecidos na Constituição em seu artigo 5º o qual defende a igualdade de todos perante a lei.

A PNI resultou de um processo histórico de luta pelo reconhecimento dos direitos do idoso, como: a dignidade e cidadania do idoso, com o objetivo de assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover a autonomia, integração e participação efetiva na sociedade.

O ano de 2003 é marcado por mais um grande avanço na história dos direitos da pessoa idosa. Essa vitória foi decorrente de lutas que visavam o fortalecimento das políticas públicas. Surgindo assim o Estatuto do Idoso (Lei nº 10. 741 de 1º de outubro de 2003), o qual veio assegurar os direitos sociais do idoso regido pelos princípios estabelecidos na Política Nacional do Idoso, e alguns deles, já assegurados pela Constituição Federal de 1988.

A principal função do Estatuto do Idoso é constituir uma carta de direitos, que possa fortalecer o controle do poder Público na efetivação do melhor tratamento das pessoas com idade acima de 60 anos, estabelecer deveres e medidas de punição, como também a promoção da dignidade, o respeito e a convivência familiar e comunitária. O documento expressa ainda, os anseios e necessidades emergentes dos idosos, uma população que vem crescendo em todo o mundo nas últimas décadas. Além de assegurar seus direitos, até então, ignorados pelo Estado e pela sociedade.

Conforme o pensamento de Debert (1999 apud Silva, 2010 p. 143), “em virtude do incremento do envelhecimento populacional e dos problemas de saúde advindos desse processo, os idosos tornaram-se população - alvo de programas específicos de atenção integral a saúde. Porém, o setor de atenção à saúde manteve a organização do trabalho centrado no atendimento médico individual às doenças crônicas degenerativas [...]”.

Em seu capítulo IV do Estatuto do Idoso aborda:

[...] É assegurada à atenção integral à saúde do idoso, por intermédio do Sistema Único de Saúde (SUS), garantindo- lhe o acesso universal e igualitário, em conjunto articulado e contínuo das ações e serviços, para a prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde, incluindo a atenção especial às doenças que afetam preferencialmente idosos [...].

O Estatuto do Idoso foi um marco importante na política brasileira como instrumento legal. É resultado de organização por meio de seminários, congressos, tendo o papel de regular os direitos destinados às pessoas com idade igual ou superior a 60 anos.

O documento é composto por 118 artigos para a proteção aos idosos, com o objetivo de punir todo aquele que violar ou ameaçar seus direitos por ação ou omissão, não importando por quem seja praticada (Estado, família ou sociedade). O tema central que direciona todos os artigos do Estatuto do Idoso é o amparo, assistência e a proteção ao indivíduo no processo de envelhecimento e quando este já se encontra na velhice.

O Estatuto do Idoso esclarece sobre os deveres das famílias, das instituições, do Estado e da sociedade em relação aos cuidados e apoio ao idoso. O Estatuto contempla leis já existentes, é organizado por tópicos, discorre sobre cada um dos direitos e especifica punições para aqueles que os infringirem. Além de incentivar à compreensão e aplicação, promovendo a ampliação dos direitos, como por exemplo, no Código Nacional de Direitos dos Usuários das Ações e dos Serviços de Saúde.

No ano de 2006 foi criada a Política Nacional de Saúde da pessoa Idosa (PNSPI) aprovada pela portaria nº 2.528/2006. Ela tem por finalidade garantir a atenção adequada e digna para a população idosa brasileira.

Com a evolução constante nos campos da saúde, biológico e social, a saúde passou a ser entendida como um conjunto de fatores que envolve as condições de vida das pessoas, não apenas como a ausência de doenças. O idoso tem direito garantido em lei de ter assistência à saúde e que esta seja prestada com qualidade.

A PNSPI tem, portanto, o objetivo de proporcionar um envelhecimento saudável, manter e promover a autonomia e a independência da pessoa idosa, prevenção de doenças, manutenção da capacidade funcional, assistência às necessidades de saúde, reabilitação da capacidade funcional, apoio no desenvolvimento de cuidados informais, e assegura, principalmente, a permanência do idoso no meio familiar.

No campo da Assistência Social, os objetivos são: proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice. A promoção de integração ao mercado de trabalho, a habitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência, bem como, a promoção de sua integração à vida comunitária; além da garantia de 1 (um) salário mínimo de benefício mensal a pessoa idosa com 65 anos e ao portador de deficiência (Brasil, Art. 20, LOAS,1993).

O capítulo seguinte explanará a respeito da aposentadoria, sendo para os trabalhadores um momento muito esperado e sua relação no contexto atual, como uma forma de subsistência para a família do assegurado.

## **1.2 APOSENTADORIA EM BUSCA DE UMA VIDA MELHOR?**

Aposentar-se é o sonho e um direito de todo trabalhador que dedicou sua vida ao trabalho e ao crescimento do país. O homem, desde sua infância, é preparado para exercer um papel social representado por uma profissão, um trabalho, seja ele formal ou informal.

A aposentadoria é uma das conquistas do século XIX na Alemanha, juntamente com a implantação do conceito de Estado de Bem-Estar Social em países industrializados. Algumas teorias sociais em meados do século XX buscaram explicar as relações do indivíduo com a sociedade industrial e a questão da retirada do trabalhador idoso do processo produtivo. Levando em consideração uma segunda teoria; a da Modernização, construída e explicada por Cowgill e Holmes apud Pacheco (2004, p.218). “Essa teoria busca explicar as relações das sociedades industrializadas com os seus idosos. ”

Aos poucos o Brasil vai se tornando um país com mais idosos, considerando o número de nascimentos, e exatamente por isso, o Governo Federal discute a Reforma da Previdência, alegando que ela não irá suportar o acesso dos aposentados nesse

processo gradual de envelhecimento. Destarte, tal crescimento implicaria rever as idades e os anos de contribuição dos trabalhadores, para que não houvesse um colapso no país. Essa Reforma que está sendo discutida, para muitos estudiosos, fere o princípio de equidade.

Essa Proposta de Emenda a Constituição- PEC, de nº 287, é considerado pelo CRESS (2016), como a mais agressiva proposta de contrarreforma da história da Seguridade Social, o ponto principal desta, é a aposentadoria que será de 65 anos para homens e 62 para mulheres, sendo para ambos 25 anos de contribuição, o valor da aposentadoria será de 51% da média dos salários de contribuição, acrescidos de 1% por cada ano de contribuição [...].

O governo através do discurso de “Déficit da Previdência” esconde o Superávit da Seguridade e o objetivo da PEC é atender aos interesses do capital financeiro, principalmente as instituições que operam planos de presidência (bancos, fundos de pensão e outros fundos de investimento).

Questionada pelos estudiosos e parte da população, a Reforma parece querer igualar homens e mulheres em relação à faixa etária, sem discutir as diferenças de gênero, sem considerar que muitas mulheres, sobretudo as urbanas, têm jornada dupla e até tripla, acumulando papéis como mães, esposas, donas do lar (lavando, cozinhando, arrumando e arcando com as despesas...).

Neste aspecto, a Reforma atinge cruelmente os trabalhadores rurais, novamente as mulheres, desta vez as camponesas, levando em conta o fato de que a única renda nestes rincões vem do cultivo da terra, da criação animais, não bastasse o árduo trabalho, enfrentam as intempéries do clima, muitas vezes fazendo-os migrar para os centros urbanos.

Para além da Reforma, não obstante, a sonhada aposentadoria que passou a ser direito desde a Constituição de 1988, torna-se razão de desvalorização do homem. No momento em que esses indivíduos se deparam com essa realidade bem diferente de seu cotidiano trabalhista, a aposentadoria vira um pesadelo constante na vida de muitos, pois são grandes os desafios de adaptação a essa nova fase na vida dessas pessoas.

Como destaca Haddad (1970, p.45):

O trabalhador aposentado não consegue viver sem o trabalho que o massacrou a vida inteira, na medida em que sua vida depende dos recursos que proviam dele. “Ausência de trabalho pode levar o homem a depressão e

até a morte”, explicam os especialistas em velhice. Residem aí duas ordens de contradições. Em primeiro lugar o trabalhador assalariado não é fonte de vida (...), em segundo lugar o trabalhador aposentado é forçado a tentar ingressar novamente no processo produtivo devido às condições precárias de sobrevivência em que se encontra.

Neste contexto, as principais fontes de renda do Idoso são: a Aposentadoria, o Benefício de Prestação Continuada (BPC), a Pensão Vitalícia. Por vezes, esses benefícios não são suficientes para sustentar a casa, e muitos recorrem ao Bolsa Família, que a depender do número de pessoas que residem com o idoso poderá ser disponibilizado. Ainda assim, quando o idoso consegue realizar atividades, alguns procuram trabalho para complementar sua renda e proporcionar mais conforto a sua família.

Na LOAS, o BPC (Benefício de Prestação Continuada), é um dos referenciais nas políticas de Assistência ao Idoso, a LOAS em referência ao BPC foi regulamentada, sob o Decreto 1744, de 5 de Dezembro do ano de 1995, declarando que ele é destinado à pessoa idosa a partir de 65 anos de idade e a pessoa com deficiência, tendo além deste critério outros requisitos para ter acesso a este benefício.

No Art. 20 da LOAS, relata que: “O Benefício de Prestação Continuada é a garantia de 1 (um) salário mínimo mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso com 65 anos ou mais e que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família”. O BPC é um benefício que é revisto a cada dois anos para avaliação da continuidade das condições que lhe deram origem. O seu pagamento pode ser cessado a qualquer momento, caso haja irregularidade ou morte do beneficiário, esta benesse é cumulativa e pessoas da mesma família podem recebê-lo.

Como coloca Jordao Netto (1991, p. 65) sobre essa temática:

“Aposentadoria significa uma espécie de “atestado oficial” do envelhecimento do sujeito, um símbolo do ritual de passagem que vai estigmatizá-lo como um inativo e decreta, em última análise, sua velhice como ator social”. Para a sociedade o aposentado é considerado como um sujeito que não tem mais capacidade de contribuir com mais valia, ele acaba sentindo-se um inútil, surgindo assim uma perda de valor, status tanto econômico como social devido ao afastamento do meio e consequentemente a diminuição do círculo de relacionamento entre os indivíduos uma perda de identidade.

Já Beauvoir (1990, p. 325) defende que: “A aposentadoria introduz uma radical descontinuidade, há ruptura com o passado, o homem deve adaptar-se a uma

nova condição, que lhe traz certas vantagens (descanso), mas também desvantagens: empobrecimento, desqualificação”.

A aposentadoria ao invés de ser um momento de paz de novas realizações, lazer etc. Para muitos se torna o fim por conta da verdadeira realidade que esses indivíduos enfrentam decorrentes da desmotivação das leis impostas pelo Sistema Previdenciário, pois o valor de sua aposentadoria não preenche as necessidades básicas como saúde, alimentação, moradia e muito menos lazer.

Por isso, perdas salariais e de benefícios após se aposentarem acabam por levar inúmeros idosos aposentados ao mercado de trabalho. Iniciando, desse modo, uma nova luta “a busca por um novo emprego” em um momento no qual seria muito justo que desfrutassem de momentos especiais na vida, como por exemplo, viagens, clubes, talvez exercerem alguma outra atividade como voltarem a estudar.

### **1.2.1. A FAMÍLIA BRASILEIRA NA ATUALIDADE**

Para trabalhar a temática, faz-se necessário entender o conceito de família e como esse contexto influencia o idoso a exercer essa condição de provedor. Quando o que se esperava é que ao envelhecer o idoso fosse cuidado, e essas preocupações com gastos da casa, fossem deixados para os filhos ou cuidadores.

Designa-se por família o conjunto de pessoas que possuem grau de parentesco entre si e vivem na mesma casa formando um lar. A família é considerada uma instituição responsável por promover a educação dos filhos e influenciar o comportamento destes no meio social.

Em Biologia, a família é uma categoria da classificação sistemática entre o gênero e a ordem. Etimologicamente, a palavra “família” deriva do latim “Fomulus” que significa domésticos servidores ou escravos. Para a sociologia, as pessoas que se encontram unidas por laços de parentesco formam uma família, popularmente definido como pessoas que residem na mesma residência e possuem alguma relação afetiva, mesmo que não sejam do mesmo sangue ou casados.

Historicamente até o século X, a família não tinha expressão, inclusive em termos de patrimônio. A partir do século XIV, começaram a operar mudanças na família medieval que se processaram até o século XVII. No século XVIII, houve a separação

entre família e sociedade, ou seja, público e privado. A partir daí, essas mudanças passaram a abranger todas as camadas sociais que se intensificaram na metade do século XIX. Levando a um questionamento do modelo patriarcal desencadeando, então, a chamada família conjugal moderna persistindo até o século XX.

Assim, mudanças que acontecem no mundo acabam por influenciar e afetar a família de forma geral e particular. A partir da formação de pertencimento social e da história atual, a família passa por grandes mudanças, e já não é compreendida apenas por laços consanguíneos e de parentesco. A família tradicional como homem-Providor e mulher-cuidadora está desaparecendo, dando lugar a novos arranjos familiares.

Diante dessas mudanças, é pertinente observar que “não existe um único modelo familiar. A família, pela perspectiva histórica tem se apresentado em diversas composições e características. Inclusive, num mesmo espaço histórico, tem coexistido, e ainda coexistem diversos modelos familiares, embora sempre haja um que predomine, isto é, que seja hegemônico, (Calderón, Guimarães, 1994, p. 23).

O paradigma familiar inspirado à luz do cristianismo é o da Sagrada família: constituída pela tríade Cristã representada na Bíblia Sagrada por Jesus, Maria e José. Historicamente, ou nos livros que compõem nosso ideário literário, a família Real constitui-se de soberano (um rei ou uma rainha) e todos os seus descendentes. Em alguns países, os membros da família real são figuras importantes e gozam de determinados privilégios na nação a qual representa,

Esse perfil, cada vez mais se distancia do padrão da família Contemporânea. Esta é caracterizada pela inversão dos papéis tradicionais do homem e da mulher na estrutura familiar, levando, muitas vezes, a mulher a condição de chefe de família. Essa condição abrange a família monoparental, constituída por mãe solteira ou divorciada.

Entre os familiares, é possível identificar dois graus de proximidade: a família nuclear que normalmente é composta pelos pais e irmãos, e a família extensa que é composta por avós, tios, primos, etc. Família monoparental: composta por apenas um dos progenitores Pai ou Mãe. Família Comunitária: Nesta estrutura, todos os membros adultos que constituem o agregado familiar são responsáveis pela educação da criança. Família arco-íris: é constituída por um casal homossexual (ou pessoa sozinha homossexual), que tenha uma ou mais crianças ao seu cargo.

A psicologia social define o conceito de família como “uma organização

complexa de relações de parentesco, que tem uma história, um passado, e que dá continuidade a essa história num presente que se dirige para o futuro”. Segundo a psicologia, percebe-se que a família é como um grupo que tem características próprias, possui habilidade e competência para dar forma e significados às interações entre seus membros. Além de se prolongar no tempo, construindo uma história que tem sequência a cada geração complementar à autora (Bisolis-Alves, 2004, p. 197).

Para Rocha (2007, p.96):

A família, portanto, não deve ser entendida apenas como um conjunto de pessoas unidas por laços de consanguinidade ou dependência, mas como uma unidade composta por indivíduos de sexo, idade e posição social distintas que, cotidianamente, vivem um “jogo de poder” que se cristaliza na distribuição dos direitos e deveres a cada um de seus membros. Ela tem uma dinâmica própria que não pode ser entendida como simples soma dos indivíduos que a compõe.

Com a flexibilidade dos papéis sociais desempenhados pelos gêneros masculino e feminino, com o passar dos tempos, a família foi sendo redesenhada, ganhando novos contornos, não se resumindo mais como mera unidade reprodutiva, permitindo configurações mais próximas da realidade social com a qual convivemos hoje.

De acordo com Fernandes (2010) “o conceito de família a cada dia vem modificando e isso ocorre não de agora, mas vem desde os tempos antigos até os tempos atuais na tentativa de encontrar um conceito que privilegie todas as modalidades de família que vem se formando e criando novos valores e concepções de vida”. As mudanças que acontecem no mundo acabam por influir e afetar a família de forma geral e particular, a partir da formação de pertencimento social e da história a família passa por grandes mudanças não é compreendida apenas por laços consanguíneos ou de parentesco.

A família é um elemento que está em frequente mudança dentro da sociedade. Está sujeita às influências que a realidade cultural e histórica determina, mas que apesar das crises que enfrenta nesse percurso histórico, ainda há predominância de valores morais, éticos e espirituais entre seus membros.

Uma dessas mudanças pode estar relacionada ao papel que cada indivíduo desempenha no meio familiar. Influenciada pelo capitalismo, e vivenciando um momento de crise, os jovens já não conseguem emprego facilmente, os pais precisam

sustentar os filhos por um tempo maior que o planejado, e por vezes são os avós que arcam ou contribuem com as despesas da casa.

Em tempos difíceis, nos quais aprendemos a conviver com crises financeiras e desemprego, é possível observar o retorno de filhos, outrora independentes financeiramente, para a casa dos pais. Trazendo consigo suas novas famílias, para juntos, tentarem sobreviver ao período de dificuldade ora enfrentado.

### **1.2.2- AS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL E A CONDIÇÃO DE DEPENDÊNCIA FAMILIAR.**

Para analisarmos a condição de dependência familiar, precisamos buscar a gênese da questão social, no modo de produção capitalista, que cria esse contexto de pauperização, e um extenso exército de reserva, prontos a assumirem o trabalho nas condições de precarização e de fragilização. Condicionando para que as relações pessoais se modifiquem, potencializando um mercado de trabalho excludente, e um Estado governado para atender aos interesses da burguesia, criando barreiras para o acesso aos direitos sociais.

Sendo assim, a super-exploração do trabalho, somada à passividade da luta da classe trabalhadora, são características que definem a Questão Social e suas particularidades no Brasil (SANTOS 2012, p. 430-449).

As sociedades antecedentes ao Modo de Produção Capitalista tinham como base de sua sociabilidade as relações de troca. O trabalho era realizado com a finalidade precípua de atender às necessidades básicas de subsistência do homem e sua comunidade. Segundo Netto e Braz (2012), as atividades eram divididas entre seus respectivos membros, sendo elas, pesca, caça, entre outras e não havia uma propriedade privada dos bens.

Conforme Marx argumenta, para existir e se sustentar enquanto sistema, o capitalismo carecia de trabalhadores livres. Livres em dois aspectos: livres da posse dos meios de produção, o que tornava o camponês impossibilitado de trabalhar por conta própria; e livres para vender a sua capacidade para trabalhar (força de trabalho) no mercado como uma mera mercadoria.

A lei geral da acumulação capitalista elaborada por Marx (2008.p.827-877)

define, portanto, que o aumento da riqueza social desencadeou o aumento da mão de obra disponível, elevando assim, a condição de pobreza da maioria da população, o chamado pauperismo.

Muitos dos chamados dependentes familiares são mulheres que não conseguem emprego por terem filhos pequenos, muitas vezes separada. E diante da separação de corpos, muitos dos ex - companheiros não contribuem para a criação dos filhos, ou mesmo, apenas tiveram relação passageira, que resultou numa gravidez não planejada.

Na sociedade capitalista tudo se transforma em objeto de compra e venda, é o processo de valoração, quanto mais esse sistema se desenvolve, mais afeta as relações de humanização e emancipação do homem. Compreende-se que o modo de produção capitalista, diferentemente das sociabilidades antecedentes, produz e reproduz um universo de contradições para manter-se vigente.

Iamamoto (2001, p. 20) entende que a acumulação da miséria está intimamente ligada à acumulação capitalista. Para a autora, a causa da pobreza é, por conseguinte, consequência não da desigualdade da distribuição de renda, mas da desigualdade da distribuição dos meios de produção.

Portanto, nos modos de produção anteriores, basicamente, a pobreza era fruto da escassez. Porém, no capitalismo as relações de exploração entre o capital e o trabalho produzem um pauperismo considerado como absoluto para a maioria da classe trabalhadora. Somente no capitalismo “[...] a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas.” (Netto, 2001, p. 42). Quanto mais aumentava a capacidade de produzir riquezas, maior o número de pessoas que não podiam usufruir dos bens e serviços produzidos.

Inicialmente, essas desigualdades produzidas pelo capitalismo foram tratadas como problemas sociais “de ordem moral-comportamental”, culpabilizando o indivíduo pela sua condição de pobreza. Sendo as causas das mesmas consideradas como “[...] individuais e psicológicas, jamais aspectos estruturais do sistema social”. Além do mais, o enfrentamento dessas “questões”, se dava de forma segmentada, basicamente através de ações filantrópicas. (MONTAÑO, 2012, p.7).

As taxas de lucro do capitalismo, no caso do Brasil são, desde o início, fundadas na precariedade das condições de trabalho. Ou seja, diferentemente do que

ocorria na era fordista nos países europeus, baseados na lógica do Welfare State (Estado de Bem-Estar Social – pautado em políticas de pleno emprego e amplas conquistas sociais e trabalhistas), o período fordista brasileiro se caracterizava pelas altas taxas de exploração, com relações de trabalho flexíveis, precárias e ausentes de regulação estatal. Para Santos (2012, p. 430-449),

Dessa maneira, parece claro, portanto, que uma análise das particularidades da “questão social” no capitalismo brasileiro contemporâneo aponta para a reposição de alguns de seus traços históricos: a super-exploração do trabalho (pela via da precariedade das ocupações) e a passivação das lutas sociais (pela via do “transformismo”).

A exploração alcança patamares cada vez mais desumanos, intensificando as expressões da Questão Social tais como: moradias precárias, aumento da violência, desemprego altíssimo, aumento da extrema pobreza, etc. A necessidade de acesso aos direitos garantidos pela seguridade social (saúde, assistência e previdência) torna-se maior; no entanto, o que ocorre é a redução dos gastos sociais e, conseqüentemente, a diminuição da prestação de serviços públicos e de qualidade.

Sob a alegação de “[...] honrar os compromissos morais com as dívidas interna e externa. A proposta é diminuir investimentos em políticas sociais.” (IAMAMOTO, 2001, p. 20). Analisando a Questão Social e suas expressões no capitalismo contemporâneo, Yazbek (2001.) observa o aumento dos postos de trabalho sem proteção social, seguido da perda dos direitos sociais e trabalhistas. Dessa forma, as investidas neoliberais acabam por produzir intensa subalternidade – o que a autora denomina de “ausência de protagonismo” – e exclusão social.

### **1.2.3- OS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS SOFRIDOS PELO IDOSO PROVIDOR.**

Diante do aumento da expectativa de vida, os papéis familiares no mundo atual ganharam novos rumos dando uma complexidade devido a vários fatores que afetaram a dinâmica familiar. Dessa forma, percebe-se o crescente número de famílias as quais são assumidas por idosos, através do seu trabalho, aposentadoria ou pensão.

Os idosos que antes eram considerados como um fardo para a família e sociedade, hoje ganham um novo espaço e também uma nova responsabilidade. Ao se pensar no idoso como um novo ator social no decorrer das últimas décadas, percebe-se que o comportamento dos idosos vêm se alterando, tornando-se mais ativo participativo nas atividades sociais, culturais e financeira, o envelhecimento ativo revela-se uma das propostas sociais mais bem estruturadas, seguindo essa visão do idoso fixado na autonomia, atividade de plena participação da pessoa idosa no século XXI.

Diante deste cenário surge o desafio de estudar o fenômeno do envelhecimento relativo ao papel do idoso na sociedade e sua atuação na dinâmica familiar, pois apesar de vários avanços em políticas públicas para proporcionar aos idosos um envelhecimento tranquilo e saudável, assistimos a inversão de papéis quando o idoso que deveria ser assistido pelo Estado e sua família passa a ser o assistente da família.

Essa inversão de papéis que vem ocorrendo em larga escala submetendo o idoso a arcar com a responsabilidade de prover a família, devido as dificuldades econômicas enfrentadas no momento. Essa é uma realidade preocupante, pois o idoso é chamado a assumir um papel que não deveria ser seu. A participação do idoso no orçamento familiar através da aposentadoria, é um assunto de extrema importância que necessita de estudo voltado para as causas deste fenômeno.

De acordo com Sarti (2001, p. 3): “Diante das separações, divórcios e novo casamento e outros problemas familiares (...), frequentemente são os pais idosos que se veem diante da necessidade de ajudar seus filhos adultos, o que faz com que os pais continuem no lugar de cuidadores e provedores, mesmo na velhice”.

Por vezes a dificuldade dos jovens de se inserirem no mercado de trabalho, as inovações tecnológicas que extinguiram postos em diversos setores do mercado aliada a ausência de capacitação dos indivíduos agravaram problemas sociais como o desemprego em massa, contribuindo, desse modo, diretamente no agravamento da crise estrutural familiar brasileira.

Assim, para se adaptar à situação, surgiram novos arranjos sociais, ou seja, as denominadas famílias ampliadas, sobrevivendo, muitas vezes em precárias condições ou dependendo do pai /mãe idosos que frequentemente assumem o papel de provedor, uma vez que, em muitos casos, são o único membro que possui renda, ainda que esta seja

apenas a aposentadoria, que, obviamente, também não será suficiente para suprir as necessidades de todos que passaram a compor a família.

Por esta razão, depreende-se a necessidade de muitos idosos retornarem ao mercado de trabalho, para acrescer a renda da família. Em consequência disso, sujeitam-se a postos de trabalho preconizados a fim de honrar o compromisso com os seus em detrimento do seu direito ao descanso depois de anos de trabalho.

Teixeira (2008, p .303) sobre essa temática coloca que:

Outra característica típica da realidade brasileira é a permanência dos idosos no sistema produtivo quase 50% dentre os idosos ainda trabalham em piores situações de trabalho, sem carteira profissional, quando inserido no mercado formal. Geralmente porém, esses idosos situam-se no setor informal ou de subsistência, em trabalhos por conta própria autônomo em atividades agropecuárias e comércio, realidade comum aos mais pobres. Essas fontes de renda, ainda que mínimas permitem aos idosos se manterem ou chefiarem suas famílias.

Quando o idoso é contratado em um trabalho informal, ele passa a ser interessante para o sistema capitalista por compor uma força de trabalho mais barata e sem vínculo formal, longe das mínimas regulamentações trabalhistas e de proteção, podendo ser descartado facilmente, pois o trabalhador idoso não é reconhecido por suas potencialidades, sua experiência, ele é estigmatizado como improdutivo.

O Sistema Capitalista não reconhece o ser humano, assim como não reconhece o trabalhador, apenas o compreende como mercadoria (força de trabalho) que o capital adquire para realizar sua valorização, como o idoso não atende a essas necessidades de intensificação de exploração do trabalho, depois de algum tempo, ele é substituído pelos mais jovens.

## **CAPITULO 2- CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA DA PESQUISA**

### **2.1. PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS**

Minayo (1995, p.58) esclarece que “a pesquisa é uma atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade é ela que alimenta a atividade de ensino e atualiza frente a realidade do mundo. A pesquisa embora seja uma prática teórica, ela vincula pensamento e ação”.

Dessa forma, desenvolvemos o estudo, executado no município de Estancia-se, sendo realizado nos moldes de pesquisa qualitativa que de acordo com Martinelli

(1999, p.22) dessa forma, seguem alguns pressupostos orientam a metodologia de pesquisa qualitativa.

1. Conhecimento da singularidade do sujeito porque "cada pesquisa é única, pois o sujeito é singular conhecê-lo significa ouvi-lo, escutá-lo, permiti-lhe que se revele".
2. No reconhecimento da importância de se conhecer a experiência social do sujeito e não apenas as suas circunstâncias de vida.
3. O reconhecimento de que eu conhecer o modo de vida do sujeito pressupõe o conhecimento de sua experiência social. (Martinelli, 1999, p 22).

O campo empírico e também os lócus de pesquisa, foi o Conjunto Albano Franco Bairro Estancinha, localizado na BR 101-linha Verde, que faz divisa com a cidade de Santa Luzia do Itanhy próximo ao 6 km de distância. O bairro é considerado periférico, pois se encontra afastado do centro da cidade, o afastamento do poder público, afeta a qualidade de vida das pessoas que moram, sobretudo, dos idosos que necessitam de maior atenção e lazer.

O conjunto possui as ruas A, B, C, D, E, F, G, H e rua (um) 1. Tem 247 famílias residentes distribuídas nas respectivas ruas, sendo a mais numerosa a rua A. Por isso, selecionamos para o universo do estudo as famílias constituídas do bairro que residiam com pessoas idosas.

Os idosos foram selecionados sem distinção de sexo, pois não foi aprofundada a relação de exploração por gênero. A preferência foi ser idoso provedor e que residisse com familiares e que, obviamente, aceitaram participar da entrevista. Foram localizados 20 idosos residentes nessas ruas, todavia, devido à demanda institucional, escolhemos uma amostra que totalizou 50% do total.

Trabalhamos com uma amostragem intencional simples. Utilizamos como instrumental, a entrevista semiestruturada, com roteiro pré-elaborado, ouvindo somente os idosos que consentiram em participar, mediante a assinatura do termo de consentimento.

Segundo MINAYO (1995, p. 58) sobre o procedimento de entrevista declara que:

A entrevista é o procedimento mais usual do trabalho de campo. Através dela o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos autores sociais. Ela não significa uma conversa despreziosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos autores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada, suas formas de realização podem ser natureza individual ou coletiva.

Para conhecermos os idosos e obtermos respostas às nossas indagações a respeito de quais eram os obstáculos impostos aos idosos que proviam suas famílias, questionamos sobre o que eles pensavam a respeito de sua vivência, foi construído um questionário semiestruturado, sendo realizados por meio de visitas às casas dos idosos do bairro.

As entrevistas foram executadas no mês de julho de 2017, todas gravadas com autorização prévia dos sujeitos e posteriormente transcritas. Objetivando analisar o idoso provedor e conhecer os obstáculos enfrentados na sua subsistência, como também verificar a qualidade de vida dessas famílias. Baseando-se nas orientações de BRIOSCHI (1989), no entanto, não esquecemos de que “o investigador não é um observador neutro, pois independentemente da postura adotada, leva para a situação de entrevista determinantes de classes, formação cultural, profissional, sexo e idade” (BRIOSCHI, 1989, p. 27).

Sobre a referida subjetividade do pesquisador, notamos que ela está presente em todo processo de investigação, porém é do nosso cotidiano que partem as inquietações para buscar respostas, mas é preciso aprender a lidar com as interferências e saber que os resultados da pesquisa constituem-se em uma aproximação com a realidade, ou seja, um confronto entre realidade e subjetividade,

Assim sendo, subjetividade e realidade nos levem ao desenvolvimento da produção do conhecimento, o processo de investigação por mais que procure captar dados reais e objetivos, o resultado tem que ser uma interpretação, uma versão dos fatos que poderá ser confrontada com o conhecimento político do pesquisador.

Os dados coletados foram organizados e interpretados de acordo com as categorias de análise pré-estabelecidas com base nos autores que focam nos conceitos de envelhecimento, velho, idoso ou terceira idade, provedor, como também o conceito de família.

Segundo Guerra (2000.), a instrumentalidade no exercício profissional do assistente social é como uma propriedade ou um determinado modo de ser que a profissão adquire no interior das relações sociais, no confronto entre as condições objetivas e subjetivas do exercício profissional.

A instrumentalidade como uma propriedade sócio histórica da profissão, o

atendimento das demandas e o alcance de objetivos (profissionais e sociais), constituem-se em condições concretas de reconhecimento social da profissão. A instrumentalidade possibilita que os profissionais objetivem sua intencionalidade em respostas profissionais. É por meio desta capacidade adquirida no exercício profissional, que os assistentes sociais modificam, transformam, alteram as condições objetivas e subjetivas, e as relações interpessoais e sociais existentes num determinado nível da realidade social: no nível do cotidiano.

## **CAPÍTULO 3 - OS IDOSOS PROVIDORES DO BAIRRO ALBANO FRANCO, EM ESTÂNCIA-SE**

### **3.1. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA**

De acordo com o IBGE (2016) sobre o histórico de Estância, não se sabe ao certo quando foi habitada. Supõe-se que em fins do século XVI ou princípios do XVII. A própria identidade de Pedro Homem da Costa, apontado como fundador da cidade tem provocado controvérsias entre os historiadores. Enquanto uns o consideram cidadão de origem mexicana, vítima de naufrágio ocorrido nas proximidades da foz do rio Real, outros admitem ter ele sido parente de Garcia D'Ávila, senhor da lendária Casa da Torre, em Tatuapora, na Bahia, que o teria incumbido de fundar uma estância.

Para alguns estudiosos Pedro Homem da Costa, após longos anos de peregrinações, pelo interior sergipano, chegou à região onde se radicou fascinado pelas condições naturais do local e mais tarde, teria erguido nessas terras uma capela, dedicada a Nossa Senhora de Guadalupe.

Segundo essa pesquisa, D. Marques Antônio de Souza em livro editado em 1808, fez menção à “formosa povoação de Estância”, dizendo que: “em uma praça quadrilonga da sobredita povoação existe uma capela majestosa de Nossa Senhora de Guadalupe, onde se administram os sacramentos aos circunvizinhos da referida povoação”.

Em 1831, a povoação de Estância, em vista de suas promissoras condições socioeconômicas, obteve, por Decreto de 25 de Outubro, sua emancipação, recebendo o

nome de Vila Constitucional da Estância. O nível cultural alcançado pela localidade, já em 1832, evidenciava-se pelo aparecimento do “Recopilador Sergipano” o primeiro jornal editado em Sergipe.

O autor conta em sua obra que em 1848, a Lei provincial nº 209, de Quatro de Maio, concedeu foros de cidade a sua sede municipal. Segundo a divisão administrativa vigente em 31 de dezembro de 1956, o município de Estância é composto de apenas um distrito – o de mesmo nome.

A Formação Administrativa Elevada a promove à categoria de Vila com a denominação de Constitucional da Estância, pelo decreto de 25 de Outubro de 1831. Por meio desse decreto a Vila Constitucional da Estância, se torna Sede na povoação, e se eleva a categoria de cidade com a denominação de Vila Constitucional da Estância, e posteriormente, em 1901, o município se denomina cidade de Estância.

A população estimada pelo IBGE em 2016 é de 68.846 habitantes. Em 2010 era de 64.409 habitantes, a área de unidade territorial 2015(km<sup>2</sup>) 644.487, a Densidade demográfica 2010 (hab./Km<sup>2</sup>)100, 00, o Código do município: 280106, Gentílico: estanciano, prefeito eleito 2017: Gilson Andrade de Oliveira.

Atualmente, Estância é um dos principais municípios industriais de Sergipe - grande centro da indústria têxtil, no setor primário à agricultura e a policultura, destaca-se a cultura de coco, mangaba e da mandioca, e a pecuária-bovinos, ovinos, caprinos e suínos. Sendo no setor secundário: as indústrias alimentícias e têxteis, responsável por boa parte da economia da cidade. E no setor terciário tem o comércio, bancos, turismos, e setor público.

Conforme o censo (2010), a população de Estância é distribuída entre homens e mulheres, sendo que a população masculina representa 31.365 hab., e a população feminina 33.044 hab. O Índice de envelhecimento na cidade está em 23% e o índice de dependência de idosos em 9,5%. Em Estância, o número de idosos corresponde a 6,3% da população equivale a 4.000 mil habitantes, e o número de jovens corresponde a 25,3% da população.

### 3.2. PERFIL CARACTERÍSTICO DOS IDOSOS ENTREVISTADOS

De acordo com os dados coletados o perfil característico dos idosos pesquisados, está dividido pelas variáveis:

- **Renda**
- **Idade**
- **Sexo**
- **Escolaridade**

#### 1- RENDA

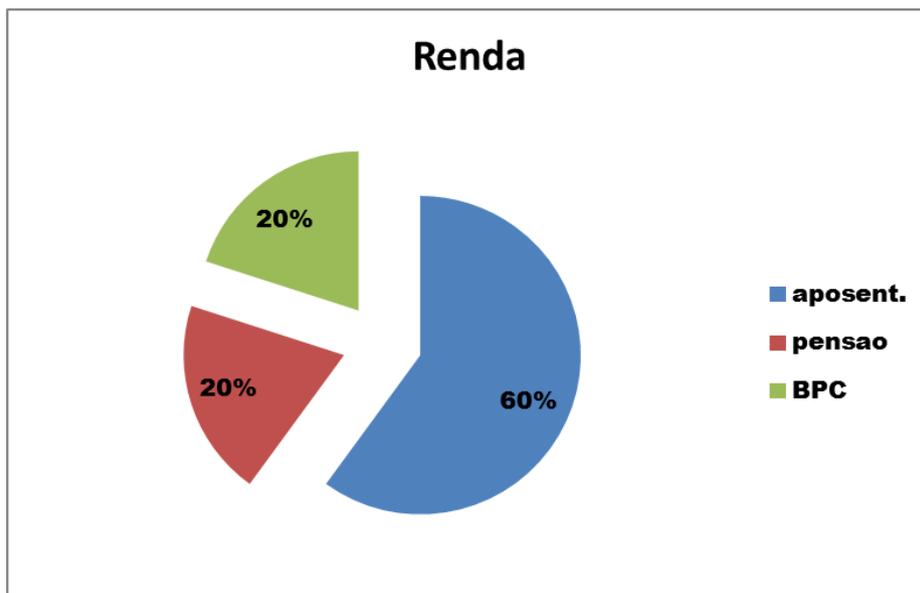
Conforme os dados possuem na maioria 60% da aposentadoria.

- **Tabela de renda:**

<b>Aposentadoria</b>	<b>Pensão Alimentícia</b>	<b>Benefício de Prestação Continuada (BPC)</b>
60% dos entrevistados	20% dos entrevistados	20% dos entrevistados

O Benefício de Prestação Continuada é a garantia de 1 (um) salário mínimo mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso com 65 anos ou mais e que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família.

- **Gráfico de renda:**



Totalizando 100 % dos entrevistados da pesquisa.

Podemos perceber no gráfico que a aposentadoria é uma das principais fontes de renda, e corresponde a 60% entre os idosos entrevistados, sendo de apenas um salário mínimo (R\$: 937,00) e distribuída entre os familiares,

O BPC como também a Pensão Alimentícia estar em menor percentual no entre os entrevistados.

Todos relataram que seus dependentes não conseguiam emprego formal, não por falta de interesse, mas de oportunidade, e ou de capacitação exigida pelo mercado. Diante desses relatos, conclui-se que há falta de interesse do poder público em criar alternativas que gerem renda e desenvolvimento para aquela comunidade.

## 2- IDADE:

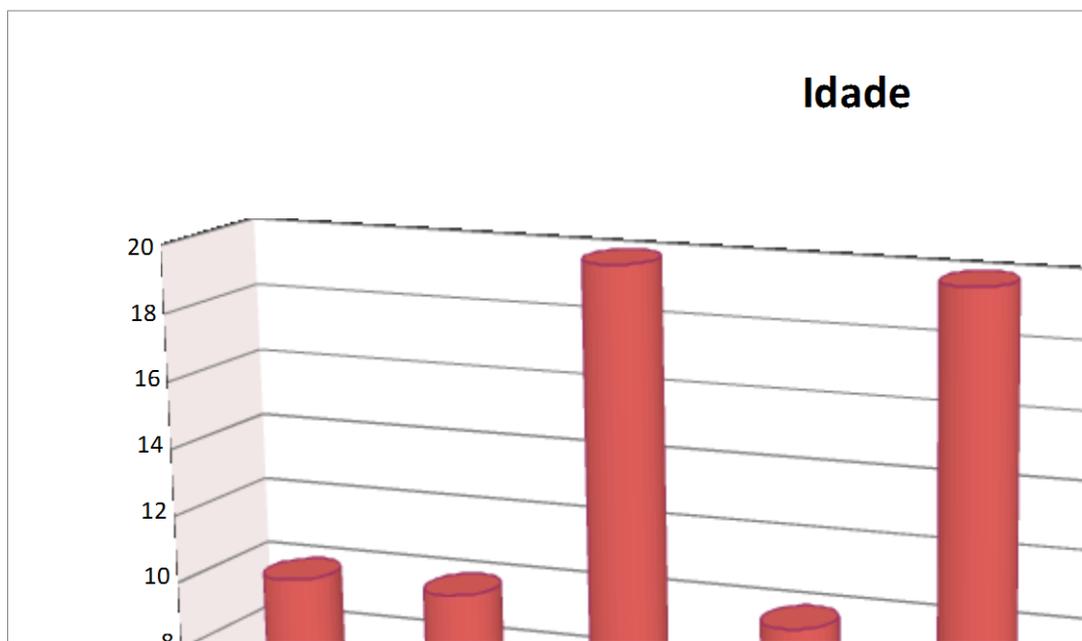
A idade dos idosos está entre 60 anos e 80 anos, entre os entrevistados, 10% tem 63 anos, 10% tem 64 anos, 20% tem 66 anos, 10% tem 67 anos, 20% tem 72 anos, 10% tem 75 anos, 10% tem 76 anos, 10% tem 83 anos, os 100% estão entre 60 e 80.

- **Tabela de Idade:**

<b>64 anos</b>	<b>66 anos</b>	<b>63 anos</b>	<b>67 anos</b>	<b>72 anos</b>	<b>75 anos</b>	<b>76 anos</b>	<b>83 anos</b>
10%	20%	10%	10%	20%	10%	10%	10%

**O que corresponde a 100 % da amostra recolhida.**

- **Gráfico de Idade:**



Diante das conquistas alcançadas pela população idosa, no campo dos direitos adquiridos através das políticas públicas para o idoso, como a aposentadoria, os avanços na área da saúde, espaço no mercado de trabalho, e também um mercado turístico, voltado especialmente para idosos aposentados na forma de passeios turísticos, excursões, preveem, inclusive, novos relacionamentos afetivos, quebrando tabus, sendo considerado um ganho para a melhoria de vida.

Os idosos nos dias atuais conquistaram uma liberdade de escolhas, e de executar determinadas ações no seu próprio ritmo, ganhando assim na sociedade seu espaço, embora ainda sejam vítimas de preconceitos, exclusão, violência familiar, e das doenças que acometem preferencialmente a pessoa idosa.

Podemos considerar o estilo de vida desses idosos como uma quebra de paradigmas, pois por muito tempo eles sofreram com a ideologia de serem considerados incapazes, um peso, e dentre outras expressões pejorativas. Os filhos nessa conjuntura atual, embora constituam suas próprias famílias, dependem da renda de seus pais idosos para sobreviverem.

Nota-se, portanto, que se por um lado, o idoso sofre pelo compromisso de prover seus dependentes, por outro, há um benefício, o da convivência com seus familiares, pois nessa fase, percebe-se uma dependência física, afetiva.

### **3- ESCOLARIDADE:**

30% não foram alfabetizados

30% estudaram até a 1ª série

10% estudaram até a 3ª série

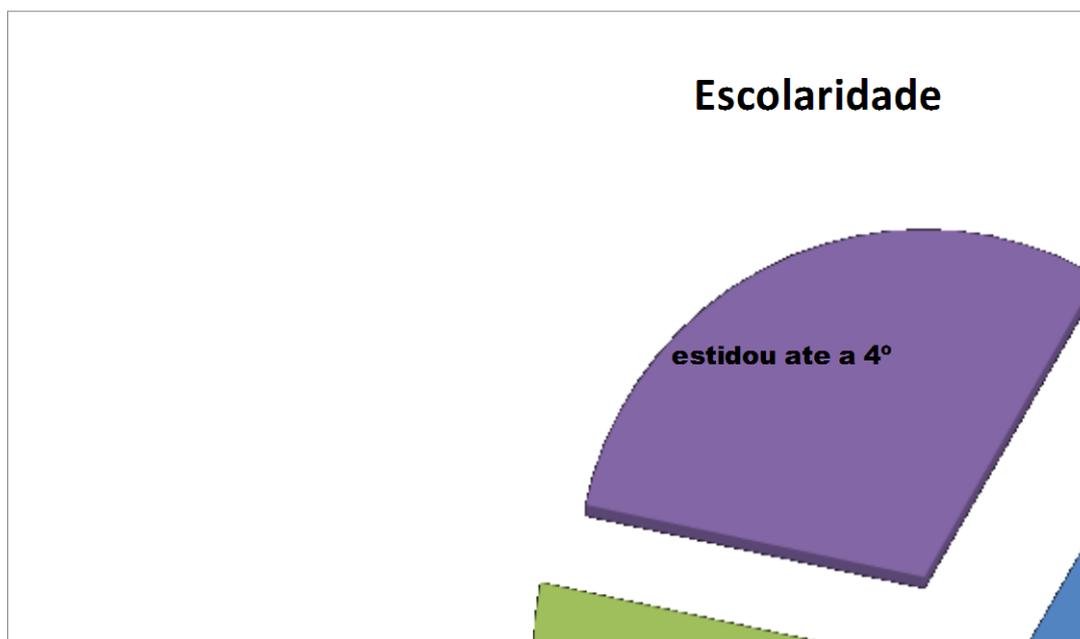
30% estudaram até a 4ª série

- **Tabela de Escolaridade:**

<b>Não alfabetizados</b>	<b>Estudaram até a 1ª série</b>	<b>Estudaram até a 3ª série</b>	<b>Estudaram até a 4ª série</b>
30%		10%	30%

O que corresponde a 100% dos entrevistados.

- **Gráfico de Escolaridade:**



Dados do Censo de 2010 revelam que 26% da população idosa brasileira é analfabeta. Quando consideramos as pessoas de 15 anos ou mais, em 2000, o índice de analfabetismo era de 13,63%, passando a ser de 9,6% em 2010. As estatísticas revelam que os índices mais elevados de analfabetismo estão entre as faixas etárias mais velhas. (IBGE, 2010).

Observamos na pesquisa que o índice de analfabetismo entre os idosos foi de 30% correspondentes ao número total de idosos entrevistados, e os 60% que sabiam ler e escrever não concluíram o ensino fundamental. Os idosos relataram as dificuldades enfrentadas por eles no acesso à educação básica, muitos revelaram que tiveram que abandonar os estudos logo cedo, para complementar a renda familiar, trabalhando na lavoura com os pais.

Segundo as idosas, o fato de ser mulher na sua época, dificultava o acesso aos estudos, pois os pais tinham receio de colocá-las na escola, para que não infringissem a moralidade, de acordo com elas, as meninas, moças que sabiam ler e escrever, eram criticadas pelos pais que achavam que estudo não tinha serventia, ainda segundo elas, para os pais, as meninas ficavam preguiçosas e podiam se relacionar mais cedo, escrevendo cartas para seus pretendentes.

Outros idosos falaram que pelo fato de terem constituído suas famílias, muito jovens tiveram que abandonar os estudos para trabalharem, especialmente no caso das idosas, que por serem esposas, mães, não tinham como priorizar os estudos, e relataram ainda, que muitas vezes, os esposos as impediam de voltar a escola. Peres (2011, p. 10) afirma que:

A maior proporção de analfabetos concentra-se nos municípios nordestinos com até 50 mil habitantes”. Nestes, 28% da população de 15 anos ou mais é analfabeta. Nessas cidades, a proporção de idosos que não sabem ler e escrever chega a 60%. Segundo o Censo 2010. Devido a uma maior concentração de analfabetos no Nordeste, mais da metade (56%) dos analfabetos do país vivem nessa região, embora a população local corresponda a um pouco mais de ¼ (27%) do total brasileiro. Ao longo das duas últimas décadas, a queda do analfabetismo foi maior nas áreas mais pobres, levando a uma redução das disparidades regionais. Apesar disso, a taxa de analfabetismo no Nordeste é tão mais elevada que, mantida a velocidade de progresso atual, seriam necessários mais de 25 anos para que o Nordeste atingisse a situação atual do Sudeste. Enquanto que, para Alagoas atingir a situação atual do Rio de Janeiro, por exemplo, seriam necessários 34 anos, de acordo com as estimativas do IBGE (PNAD, 2001, apud, PERES, p10, 2011).

#### 4- SEXO:

- **Tabela de sexo:**

<b>Masculino</b>	<b>Feminino</b>
30%	70%

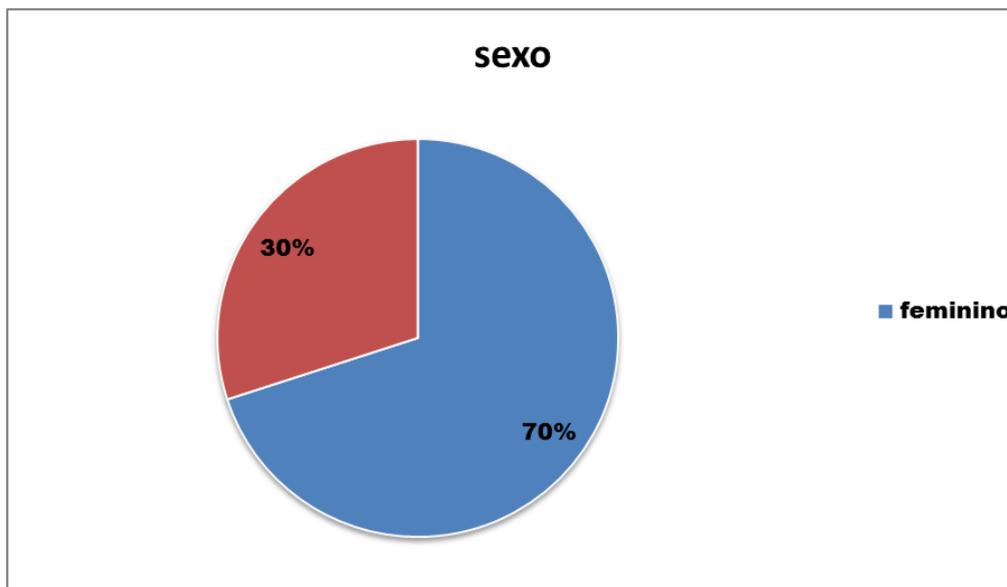
Constata-se, desta forma, que em relação ao acesso à escola há uma desigualdade de gênero. Mesmo existindo mais mulheres que homens, evento considerado, por Nicodemos e Godoi (2010) como um fenômeno da feminilização no envelhecimento. Segundo ele, a existência de maior contingente de mulheres na velhice é decorrente da redução da mortalidade materna, resultado de acesso a políticas públicas especificamente na área da saúde e também a queda da taxa de fecundidade. Além disso, é notório que as mulheres se preocupam muito mais com sua saúde do que os

homens, e por isso também reflete esse número expressivo de mulheres provedoras do lar. Segundo Nicodemos e Godoi (2010 apud, Almeida, 2015, p. 01):

“As mulheres constituem a maioria da população idosa em todas as regiões do mundo, e as estimativas são de que as mulheres vivam, em média, de cinco a sete anos a mais que os homens. De acordo com os dados recenseados do Brasil, o contingente feminino de mais de 60 anos de idade passou de 2,2%, em 1940, para 4,7% em 2000; e 6% em 2010 (IBGE, 2010). Todavia, analisando esses dados sob outro prisma, percebe-se que viver mais não é sinônimo de viver melhor. As mulheres acumulam, no decorrer da vida, desvantagens, como violência, discriminação, salários inferiores aos dos homens, dupla jornada, baixa escolaridade, solidão pela viuvez, além de apresentarem maior probabilidade de serem mais pobres do que os homens, dependendo, assim, de mais recursos externos”.

Para o autor, a feminilização da velhice, significa mais risco do que vantagem, a mulher nesse sentido sofre uma tripla discriminação por ser “mulher, pobre e velha”, e apesar de ser considerada física e socialmente, mais frágil que o homem, são mais exploradas tanto no campo econômico, como familiar, tendo que exercer várias funções.

- **Gráfico de sexo:**



Totalizando 100% dos entrevistados.

Nossa pesquisa de campo, cujo tema O Idoso Provedor Familiar e os obstáculos enfrentados para sua subsistência no município de Estancia-Se, foi realizada

no Conjunto Albano Franco, nosso universo a ser pesquisado eram de 20 idosos e a nossa amostra foi equivalente a 50% do universo, cerca de 10 entrevistados, da respectiva rua A.

**Nas indagações referentes ao convívio familiar dos idosos entrevistados, ilustramos na tabela abaixo:**

Nesta parte, os dados são mais qualitativos – os quais procuraram conhecer a opinião do idoso entrevistado. Assim, tem que fazer a relação com os dos conceitos

Nome Fictício	Número de membros	PARENTESCO							
		Esposa	Filho(a)	Neto(a)	Irmão(a)	Bisneta	Genro	Nora	Mãe da mãe
X1	-	-		1	-	-	-	-	-
X2	-	1	1	3					
X3			1	1					
X4				1					
X5			1	4					
X6				1	2				
X7			1	8				1	
X8			1	2			1		
X9		1	4	3					
X10				1		3			1

**Durante a entrevista com os idosos, ao questionarmos sobre a convivência familiar perguntamos se todos os membros da família sempre moraram juntos**

100% dos idosos entrevistados responderam que sim.

**Outro questionamento foi a respeito de quem era o responsável pela renda, e obtivemos as seguintes respostas:**

90% responderam que eram o próprio responsável e

10% responderam: que era o próprio e sua esposa

**Com relação aos gastos e de como o idoso usava o próprio salário, obtivemos as seguintes respostas:**

60% responderam ser com alimentação e todas as despesas da casa, 20% responderam com alimentação para toda família, 10% respondeu alimentação, remédio, todas as despesas da casa, 10% respondeu ser com comida, para sustentar os netos.

**Questionamos também por que era somente o próprio idoso (a) que sustentava o lar e responderam da seguinte maneira:**

70 % dos entrevistados responderam que os filhos não conseguem emprego, 10% dos entrevistados responderam que o neto trabalha, mas como faz faculdade particular e paga o transporte para se locomover até a Instituição era necessário ajudar, 10% respondeu que é a única com renda, e que possui dois salários e o marido da neta nem sempre consegue trabalhar para alimentar as filhas, 10% respondeu que a filha não trabalha por causa dos netos e também devido à condição de saúde do próprio idoso que depende dos cuidados da filha.

**Ao perguntar se sobrava algum dinheiro para as necessidades pessoais os idosos responderam que:**

10% respondeu que às vezes, sempre tenta fazer economia para não passar necessidades, outros 10 % respondeu que muito pouco, e 30 % respondeu que não sobra nada, já 10% respondeu que, às vezes sobra, outras não, e mais 10 % que faz economia para as despesas pessoais, outro 10% respondeu que não porque gasta com remédios, 10% respondeu que não sobra nada, pois as despesas são muitas, e os últimos 10% respondeu que sobra, porquanto são duas aposentadorias.

**Outra indagação foi para saber como o idoso (a) se sentia em ter que sustentar sua família.**

10% respondeu que se sentia feliz em poder contribuir com as despesas da filha, mais 10% que estava satisfeito em poder contribuir, outro 10% que não havia outra alternativa, porque não tinha quem ajudasse, mais 10 % respondeu que se sente bem em poder contribuir, 10% respondeu que tinham prazer em ajudar.

10% respondeu que é uma felicidade, porque consegue ajudar a família.

10% respondeu que fazia questão e gostaria de poder ajudar mais.

10% que se sente bem, porque era dependente de sua filha, em questões de cuidados com a saúde, locomoção e por isso era uma satisfação poder retribuir.

**Uma das perguntas mais importante para nossa pesquisa era descobrir quais eram os sonhos? O que os idosos gostariam de fazer se seu dinheiro fosse desse?**

E os idosos entrevistados responderam da seguinte forma: 10% respondeu que gostaria de ter mais dinheiro pra poder ajudar mais os filhos mostrando-se preocupado com aquela situação, todavia, gostaria de crescer a casa mas as condições não lhe permitia, já outro 10% respondeu que gostaria de reformar a casa pra ter mais conforto, gostaria também de poder passear, luxar um pouco, respondeu mostrando-nos a simplicidade que vivia.

Outro 10% respondeu que gostaria de se alimentar melhor, já que tudo era no limite por conta da quantidade de pessoas dentro de casa, viajar era outra vontade impossível por conta do pouco dinheiro, disse também que não tinha outros sonhos, respondeu com uma tristeza no olhar, já 10% respondeu, gostaria de muitas coisas: Viajar, passear bastante, ser mais feliz, está se mostrou entristecida diante das dificuldades que vivia.

Assim, 10% respondeu que tinha sonhos sim, gostaria de arrumar a casa e se pudesse, ter uma vida melhor, 10 % respondeu: Gostaria de arrumar mais a casa para ficar bonita falando-nos com um sorriso estampado na face, gostaria de ter mais conforto, outa 10% respondeu: Meus sonhos é ajudar os meus filhos mesmo, reformar a

casa para poder acomodar todos os netos, construir mais quartos, porque a casa só tem dois pra tanta gente.

Continuando a entrevista, 10 % respondeu que tinha vontade de viajar, para visitar a família em Pernambuco, estava bastante entristecido no olhar, demonstrava algo impossível por conta de estar em cima de uma cama sem poder locomover-se sozinho, 10 % respondeu que gostaria de morar sozinho falou com um semblante de extrema tristeza, só com minha esposa, sem os filhos, menos pessoas em casa, para ter mais sossego e menos barulho, idoso tem que ficar só, não estava feliz com a situação que vivia sem nenhuma expectativa de mudança.

O último 10% respondeu que não tinha tantos sonhos, gostava da vida que vivia, se sentia feliz assim mesmo ajudando as netinhas que precisam pois ela já tinha tudo dentro de casa, seus móveis eram novos, comprou outro sofá fazia pouco tempo, agora tinha dois, jamais ia deixar as netas passarem necessidades já que ela tinha dinheiro.

### **3.3 - INTERPRETAÇÃO E ANÁLISE**

No desenvolver da pesquisa, pudemos analisar a percepção dos idosos provedores e conhecer como essa condição de provedor, os afeta com base nas hipóteses e nos objetivos relacionados ao tema.

Os idosos entrevistados foram quase que unânimes ao responderem que sentem prazer em ajudar os familiares, que preferiam dividir com os filhos a usufruírem sozinhos do benefício. Percebemos que a segurança de receber o salário levava o idoso, quase que involuntariamente, a assumir as responsabilidades com a família.

Percebemos no decorrer do trabalho, que muitos entrevistados tiveram certo cuidado ao responder as questões, apesar de se mostrarem tranquilos durante a entrevista, deixaram transparecer que esse assunto os incomodava. Consequência da exposição da dinâmica familiar, pois ao mesmo tempo que respondiam ter alegria em ajudar, ao serem indagados sobre como usavam o seu salário, respondiam que era com a alimentação e os demais gastos e que às vezes faltava até a própria alimentação, demonstrando insatisfação e certa tristeza ao falar das dificuldades enfrentadas pela falta de dinheiro.

Nesta específica localidade, embora seja ela nomeada conjunto habitacional, é nítida as características de uma comunidade rural, pois há cerca nas fazendas, muitos dos dependentes sobrevivem de “bicos” no cultivo da terra, ou roçando terrenos. Todavia, reclamam que atualmente as inovações tecnológicas, têm como consequência a escassez do trabalho manual. Logo, a ausência de soluções para estes problemas prolonga a dependência dessas famílias em relação aos idosos, sem, momentaneamente, nenhuma perspectiva de mudança.

Diante dessa situação, o idoso provedor prioriza o bem estar da família, reprimindo suas escolhas e sua própria saúde, deixam de ter uma vida confortável, com alimentação adequada para priorizar o bem-estar da sua família. Tal atitude, pode, inclusive fragilizar a sua saúde, visto que, invariavelmente deixam de comprar, por exemplo, alimentação adequada às necessidades de alguém idoso, para alimentar toda a família. Neste prisma, observando o custo de vida, versus o que ganham, ainda que vivessem só, seria difícil ter uma velhice digna.

Nota-se que os idosos, percebem que estão sendo privados, mas ao mesmo tempo sentem-se úteis em manter suas famílias, demonstrando um conformismo, aceitando essa situação de restrições como se fosse obrigação. Apenas um dos entrevistados relatou que se incomodava com a situação vivida por ele, que não queria prover filhos e netos, pois não tinha privacidade, em suas palavras: “Fazer o quê? que era o jeito, visto que não poderia colocá-los pra fora de casa”, (entrevistado de nome fictício X9).

Ao questionarmos sobre quais eram os seus sonhos, e de que forma gostariam de viver, caso o dinheiro fosse suficiente, eles sob impacto da pergunta, respondiam timidamente que não tinham sonhos, depois de estimulados sobre os desejos, começaram a falar que gostariam de ter mais dinheiro, de reformar sua casa para ter conforto, uma alimentação melhor e de ter condição de ajudar mais sua família.

Percebemos, assim, que a maioria dos entrevistados, por conta da situação que viviam, não se permitiam mais sonhar, tudo que desejam era realizar pequenas coisas. Sem ter a noção de que seus desejos eram mínimos em relação a tantos direitos conquistados e por eles desconhecidos, direitos estes assegurados no Estatuto do Idoso Lei no 10.741, de 1º de outubro de 2003 em seus artigos:

**Art. 14.** Se o idoso ou seus familiares não possuírem condições econômicas de prover o seu sustento, impõe-se ao Poder Público esse provimento, no âmbito da assistência social.

**Art. 37.** O idoso tem direito à moradia digna, no seio da família natural ou substituta, ou desacompanhado de seus familiares, quando assim o desejar, ou, ainda, em instituição pública ou privada.

**Art. 20.** O idoso tem direito à educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade.

O que está escrito na forma da lei, difere da realidade desses idosos, que vivem uma vida de privações, além disso, fica claro que o Estado se exime da responsabilidade em assegurar a garantia dos direitos a pessoa idosa. E esses cidadãos por desconhecerem os seus direitos sofrem sem questionar, e assumem sozinho responsabilidades que competem ao Estado.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em nosso estudo pudemos analisar e esclarecer algumas questões referentes ao tema Idoso como Provedor, conhecer um pouco dos dilemas enfrentados no cotidiano, dessas famílias que sobrevivem, muitas vezes, apenas com um salário mínimo.

Diante da pesquisa, constatou-se que nossas hipóteses foram respondidas, visto que, os idosos conseguiam compreender seu papel de provedor, embora resignados, muitos tinham sonhos a realizarem, caso não precisassem sobreviver e ajudar suas famílias com o seu dinheiro.

Nosso objetivo era descobrir se eles eram capazes de perceber suas próprias necessidades, o que ficou óbvio que eles compreendem, porém, ficou claro também, o quanto sabem das necessidades de seus dependentes. Diante das indagações, ficou claro que os idosos são capazes de perceber o seu papel enquanto provedor, gerava vários sacrifícios, entre os quais, viverem com um orçamento muito apertado e abdicar de sonhos que, certamente, lhes causava muitas frustrações.

No entanto, era perceptível que o fato deles proverem seus clãs gerava um sentimento de gratidão e dependência entre os familiares que os impedia de questionar a situação. Nesta estrutura familiar simbiótica pouco havia espaço para o questionamento,

nelas, o idoso, praticamente, se vê obrigado a assumir um papel que não deveria mais lhes pertencer.

Percebemos, no entanto, a força que esses idosos têm em enfrentar as dificuldades da vida, mesmo sendo vítimas de um sistema precário de sobrevivência, todos os entrevistados nos receberam com bastante entusiasmo e falavam com uma alegria sobre o sentimento de serem úteis para as suas famílias.

Vivenciamos ainda, através dessas entrevistas o quão importante é o papel da família no cuidado e na proteção dos membros que a compõem, pois é nela que envolve os direitos e as obrigações entre seus entes. É importante estudar esse novo modelo de família, em que o envelhecimento ganha dentro de si um novo conceito de velhice e notar que, apesar de todos avanços, ainda há muitas coisas a serem desmistificadas na sociedade, entre as quais, educar a sociedade sobre os direitos da população idosa e criar políticas públicas para esse novo perfil de idoso.

Nessa perspectiva, o Estado deve criar políticas, fortalecer os direitos já conquistados, permitindo que o estatuto do idoso contemplasse esse novo conceito de velhice e de seus direitos. Afinal, o mundo está envelhecendo, muitos envelhecendo com saúde. Assim, é necessário pensar um cenário no qual essas pessoas produzam e vivam melhores.

Conclui-se que o fator do crescente número de idosos que provém suas famílias com aposentadorias e pensões, está associado intimamente relacionado ao desemprego, à crise, à educação pública precária que não prepara o cidadão para o mundo do trabalho, ao divórcio dos filhos, que precisando trabalhar acabam voltando para a casa dos pais e assim dividem os cuidados e responsabilidades com os netos. E dessa forma, acabam surgindo, cada vez mais arranjos familiares em busca da sobrevivência.

Ao finalizar ressaltamos a importância do convívio familiar para o bem estar do idoso, não exatamente como provedor da família, mas como alguém capaz de contribuir e dividir com sua vasta experiência enquanto pessoa, pai, profissional. Afinal, o idoso é um campo de pesquisa geralmente disposto a contribuir. Não fosse nossa sociedade hedonista, estaríamos muito mais desenvolvidos se ouvíssemos nossos idosos.

No campo da pesquisa, presenciamos o quanto ainda podemos aprender e

quantos vieses desse assunto ainda existem e podem ser explorados. Além da satisfação em perceber como eles são fortes mesmo diante de tantos problemas, a esperança que têm em ajudar os mais jovens a construírem oportunidades através do estudo, e a gentileza em partilhar conosco suas experiências, fortalecendo e enriquecendo nossa caminhada acadêmica e profissional neste vasto campo que é o social cuja maior expectativa é garantir que o cidadão usufrua de todos os direitos por ele conquistados.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alessandra Vieira. TAVARES, Simone Caldas Mafra; SILVA, Emília Pio da Solange Kanso, A Feminilização da Velhice: em foco as características socioeconômicas, pessoais e familiares das idosas e o risco social, p. 01-17, Porto Alegre; 2015

AREOSA; Silvia Virginia. Novas Configurações Familiares a partir do idoso como provedor, PUCRS. P.01-03, 2008.

BEAUVOIR, S.A. velhice. Rio de Janeiro: Nova Fonte, era,1990.

BIRMAN, J. Futuro de todos nos: Temporalidade memória e terceira idade na psicanálise .In. Veras, R. Terceira Idade: um envelhecimento digno para o cidadão do futuro .Rio de Janeiro : Relume Dumara ;1995.p.29-48.

BISOLI-Alves, Zélia Maria Mendes. Moreira, Lúcia Vaz de Campos. Repensando as questões da tolerância e dos direitos humanos vinculados a família. in.Família, subjetividade, vínculos. Ana M. A. Carvalho, Lucia Vaz de Campos Moreira, organização. São Paulo: paulinas, 2007.

Brasil. Constituição Federal de 1988, Brasília. Senado Federal, Secretaria Especial de Editora Publicações. Comarca dos Deputados, Coordenação de Publicação 1989.

BRAZ, M. **Economia Política**: uma introdução crítica. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

BRITO, F. C.; Ramos, L. R., “Serviços de atenção à saúde ao idoso “. In PAPALEO,n.n.gerontologia, São Paulo: Atheneu, p. 01-13, 1996.

BRIOSCHI, L. R. TRIGO, M. H. B. Família: representação e cotidiano –reflexão sobre

um trabalho de campo. São Paulo: CERV: CODAC: ed.USP, 1989.

BRON, Tomiko. Cuidar Melhor e Evitar a Violência .Manual do Cuidador da Pessoa Idosa. Tomiko Born(org.)Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, Subsecretaria de Promoção e Defesa dos Direitos Hu,manos,2008.

CALDERON, A. I. ; GUIMARAES, R. F. Família: a crise de um modelo hegemônico. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, cap.14,.46,p.21-34,dez.1994.

CFESS (2016) Reforma de Previdência? Assistente Social diz não! Disponível em:[http://www. CRESS-SC. org.br](http://www.CRESS-SC.org.br).

ESTATUTO DO IDOSO (2003); BRASIL (2003).

FERNANDES, Jacinta Gomes. União homo afetiva como entidade familiar: reconhecimento no ordenamento jurídico brasileiro.

FREITAS ,Elizabete Viana. De demografia e epidemiologia do envelhecimento .In.PY, Ligia et al.(org.).Tempo de envelhecer: percurso e dimensões psicossociais . Rio de Janeiro: Nau 2004.p.19-35

GOLDEMAN, Sara Negri. As dimensões sócio políticas do envelhecimento .In: py , Ligia et al .(org.).Tempo de envelhecer: Percurso e dimensões psicossociais . Rio de Janeiro: Nau 2004.p.61-76

GUSMAO, N. M. M. 9(org.) Infância e Velhice; pesquisa de ideias, campinas, sp: Alínea, 2003.

GUERRA, Y. A Instrumentalidade no Trabalho do Assistente Social. In: **Capacitação em Serviço Social: O trabalho do assistente social e as políticas sociais**. 04 mod. Brasília, DF: UnB/CEAD, p.01-16,2000.

HADDAD, E.G.M. (1986) A Ideologia da Velhice. Rio de Janeiro (RJ).Cortez.

IAMAMOTO, M. V. A Questão Social no Capitalismo. **Temporalis**, Brasília, ano 2, n. 3,p.01-09 2001.

JORDAO NETTO, A.Gerontologia Básica. São Paulo:Lemos,1997.

JUSTO. José Sterza. ROZENDO. Adriano da Silva. CORREA, Mariele Rodrigues ,O idoso como protagonista social 29/07/2010

Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS, 1993). Brasília: 1993.

MARX, Karl. Cap. 24 - A Chamada Acumulação Primitiva. In: MARX. K. O Capital: crítica da economia política- Livro I - vol. 2. Trad. Reginaldo Sant'Anna. 22 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. (pg. 827-877).

MARTINELLI, Maria Lucia. Pesquisa qualitativa: um intrigante desafio. São Paulo: veras 1999.

MONTAÑO. C. Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 110, p. 270-287, abr. - jun. 2012.

MEDEIROS, M., OSORIO. Arranjos Domiciliares e Arranjos Nucleares no Brasil: Classificação e [http://www.ipea.gov.br/bul/td/2001/td\\_0788.pdf](http://www.ipea.gov.br/bul/td/2001/td_0788.pdf). evolução de 1977 a 1998. texto para discussão n.788. Brasília: IPEA, 2001. (26-28)

MENDES, M.R.S.S. B, Gusmão, J. L, Faro, A.C. M; Leite, R.C.B.O; A Situação Social do idoso no Brasil : uma breve consideração .Acta Paul.Enferm,vol.18,n°4,p.2005.

MINAYO, M.C.S. Pesquisa Social :teoria, método e criatividade.11.ed.Sao Paulo: Vozes 1995.

NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da questão social. **Temporalis**, Brasília, ano. 2, n. 3, 2001.

NOGUEIRA, M. do S. P. **Políticas de extensão universitária brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

PACHECO, Jaime Lisandro. Trabalho e aposentadoria. In:py,Ligia et al .(org).Tempo de envelhecer: percurso e dimensões psicossociais. Rio de Janeiro: Nau 2004. P.201-224.

PAPALÉO NETTO, M.O, estudo da velhice no séc., XX: histórico, definição do campo e termos básicos, In: FREITAS ,E et al.(Org.), Tratado de geriatria e gerontologia .Rio de Janeiro :Guanabara Kroogan, 2002, p,2-12.

PERES. Marcos Augusto de Castro -Velhice e analfabetismo, uma relação paradoxal exclusão educacional em contextos rurais da região Nordeste **Sec.** estado. vol.26 no.3 Brasília, p.10-27 2011

PEREIRA, J. M. M. Estado e mercado na reforma agrária brasileira (1988-2002). **Estudos Históricos Rio de Janeiro**, vol. 28, n. 56, p. 385-404, jul. - dez. 2015.

PETRINI, João Carlos. Notas para uma Antropologia da família. Pós-modernidade e família: Um itinerário de compreensão, 14 de janeiro de 2012.

Política Nacional do Idoso (1994). Brasília: 2004.

ROCHA, Sheila Maria Carregosa, Lima. Isabel Maria Sampaio Oliveira, A pessoa Idosa e o contexto Familiar-Uma abordagem sócio jurídica, 2012.

ROCHA-COUTINHO, M.L, Transmissão geracional e família na contemporaneidade. In .Família e gerações,FGV.2006.

RODRIGUES, Lizete de Souza, Soares, Geraldo Antônio. Velho, Idoso e Terceira Idade na sociedade contemporânea, 2006.

SANTOS, J. S. Particularidades da “questão social” no Brasil: mediações para seu debate na “era” Lula da Silva. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 111, p. 430-449, jul. - set. 2012.

SANTOS Nayane Formiga; SILVA, Maria do Rosário. As Políticas Públicas voltadas ao idoso: Melhoria da qualidade de vida ou reprivatização da velhice.

Revista FSA;2013.Disponível  
em:<http://www4.fsnet.com.br/revista/index.php/fsa/article/download/130/97>Acesso  
em: 12/02/16.

SARTI. Cynthia ,A Velhice na família atual. In. I Jornada sobre o processo de envelhecimento humano: novas perspectivas pelo núcleo de estudo e pesquisa do processo de envelhecimento (NEPPE) do departamento da Enfermagem da UNIESP. Vol.14, nº 2,São Paulo ,2001.

SCORTEGAGNA, Paola Andressa, e Oliveira ,Rita de Cássia . -UEPG , Idoso: Um novo autor social, p.01-17,2012.

SILVA Vilmar. Qualidade de vida do idoso: cuidado do idoso, dever de quem? Revista Espaço Acadêmico nº 110, p.143 ,2010.

TEIXEIRA, Solange Maria, Envelhecimento e trabalho no tempo de capital :Implicações para a proteção social no Brasil, São Paulo: Cortez 2008.

YAZBEK, M. C. Pobreza E Exclusão Social: Expressões Da Questão Social No Brasil **Temporalis**, Brasília, ano. 2, n. 3, 2001.

## **APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA**

### **1-Identificação:**

Nome:

Data de Nascimento:

Estado Civil:

Casado ( ) solteiro ( ) divorciado ( ) viúvo ( ) união estável ( )

Escolaridade:

Com quem mora?

Qual a renda da família?

Aposentadoria ( ) BPC ( ) Pensão alimentícia ( ) Bolsa Família( ) outros ( )

## **2- SITUAÇÃO FAMILIAR:**

Com quem vive?

Vocês sempre moraram juntos?

Quem é o (a) responsável pela renda familiar?

Em caso de ser o (a) principal responsável pela renda, como usa seu salário?

Quais os motivos que levaram a ser único responsável pelas despesas da casa?

Quais são os principais gastos? Sobra algum dinheiro para suas necessidades pessoais?

Como a (o) senhor (a) se sente em ter que sustentar a família? Tem Alguma atividade (viagem, passeio, comprar algo) que gostaria de fazer e que por falta de dinheiro não realiza? Quais?

## **APÊNDICE A-TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO**

Prezado (a) participante:

Somos estudantes do curso de graduação de Serviço Social na Universidade Federal de Sergipe. Estamos realizando uma pesquisa sob orientação da professora Noêmia Lima Silva, cujo objetivo é analisar a dinâmica familiar onde o idoso é provedor e conhecer os obstáculos enfrentados na sua subsistência como também verificar a qualidade de vida dessas famílias.

A participação é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-la caso permita, a entrevista será gravada.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida com o mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identifica-lo (a).

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção do conhecimento científico.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pelas pesquisadoras fone: (79) 9 99156118 / (79) 998042681, ou via correio eletrônico em: edileuzabritos@outlook.com /descak20@gmail.com

Atenciosamente:

PESQUISADORAS:

EDILEUZA BRITOS SANTOS.

WILDESCA LEITE SANTOS.

---

---

ORIENTADORA: NOEMIA LIMA SILVA.

Nome \_\_\_\_\_:

Data \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_